

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Glenda Lunardi

Secretarias e Ministério das mulheres: uma análise comparativa do Brasil e Chile

Florianópolis

2019

Glenda Lunardi

Secretarias e Ministério das mulheres: uma análise comparativa do Brasil e Chile

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharel/Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Joana Maria Pedro

Florianópolis

2019

LUNARDI, Glenda. **Secretarias e ministério das mulheres: uma análise comparativa do Brasil e Chile**. 2019. 70 f. Monografia (Graduação em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Lunardi, Glenda
Secretarias e Ministério das mulheres: uma análise
comparativa do Brasil e Chile / Glenda Lunardi ;
orientador, Joana Maria Pedro, 2019.
73 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em História,
Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. História. 2. Feminismo. 3. Movimento de Mulheres. 4.
Estado. 5. Políticas públicas. I. Pedro, Joana Maria. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em
História. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ATA DE DEFESA DE TCC

Aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, às dezesseis horas, no LEGH do Departamento de História, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos seguintes membros, Prof.^a Joana Maria Pedro (Orientador(a) e Presidente); Prof.^a Maria Adaiza Lima Gomes (Titular); Prof.^a Cristina Scheibe Wolff (Suplente), designados pela Portaria Tcc nº 105/HST/CFH/2019, a fim de arguirm sobre o Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica Glenda Lunardi, intitulado: **"Secretarias e Ministério das mulheres: uma análise comparativa do Brasil e Chile"**. Aberta a Sessão pela Senhora Presidente, a acadêmica expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, a mesma foi arguida pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas, pelos membros da banca as seguintes notas. Prof.^a Joana Maria Pedro, nota 100, Prof.^a Maria Adaiza Lima Gomes, nota 100, Prof.^a Cristina Scheibe Wolff nota _____, sendo a acadêmica aprovada com a nota final 100. A acadêmica deverá entregar na Coordenadoria do Curso de Graduação em História em versão digital, o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, até o dia 20 de fevereiro de 2020. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pela candidata.

Florianópolis, 20 de dezembro de 2019.

Prof.^a Joana Maria Pedro (Orientadora):

Joana Maria Pedro

Prof.^a Maria Adaiza Lima Gomes (Titular):

Maria Adaiza Lima Gomes

Prof.^a Cristina Scheibe Wolff (Suplente):

Glenda Lunardi (Candidata):

Glenda Lunardi



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o
acadêmico(a) Glenda Lunardi, matrícula
n.º 15104971, entregou a versão final de seu TCC cujo título é
Secretarias e Ministério das mulheres: uma análise comparativa do Brasil e
com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa. Chile

Florianópolis, 14 de fevereiro de 2010

Orientador(a)

AGRADECIMENTOS

A trajetória acadêmica me virou do avesso. Cresci longe dos movimentos sociais, no entanto as mobilizações de resistência sempre me provocaram arrepios e emoções. E foi, talvez, por essa romantização que eu escolhi cursar História. Mas o curso de História é um grande choque de realidade.

Agradeço a Joana Maria Pedro, que com suas aulas me deixou admirada e como minha orientadora de PIBIC e TCC, me mostrou como e por que se faz pesquisa sobre as relações de gênero no Brasil. Hoje é meu grande exemplo.

Agradeço ao meu pai, que me deu carinho e suporte incondicional para concluir essa jornada. A minha irmã, que é a minha pessoa, e sabe me compreender e me fazer questionar. A minha mãe, que sempre me acolheu e me mostrou a delicadeza dos momentos que passamos juntas. Meu amor por vocês é incondicional.

A Rafa, que me fortaleceu nos primeiros passos acadêmicos e me incentivou a começar a pesquisar.

A Duda, com quem eu me sinto livre, com quem eu posso contar desde sempre. A Lela, que com sua gentileza (e visitas ao café) sempre se preocupou com a minha integridade física e psicológica. A Ing, que me ensinou o que é resiliência. A Bru e Sessa, por estarem presentes nos tão importantes momentos de lazer.

A Val, que tornou tudo tão leve e tão engraçado. Que foi quem estava por perto sempre. A Bruna, que motivou meus pensamentos críticos no início do curso, quem também esteve presente nas minhas primeiras epifanias nessa jornada.

Vocês todas me deram suporte e tornaram esse choque de realidade mais leve e contemplativo.

RESUMO

Com a conquista da democracia no Brasil, em 1985, e no Chile, em 1991, as mulheres que haviam se tornado feministas durante as lutas de resistência às ditaduras militares, visualizaram a possibilidade de ocupar uma maior diversidade de espaços para manifestarem as pautas de igualdade de gênero. Alguns dos lugares emblemáticos de atuação das mulheres para a conquista de seus direitos foram a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres - SPM, em 2003, no Brasil, e o Ministério de la Mujer y la Equidad de Género, em 2016, no Chile. O presente trabalho pretende analisar comparativamente a criação desses dois organismos, assim como suas atuações, conquistas, e a maneira como se comunicam com um público amplificado, utilizando-se das páginas de internet. Para investigar a criação da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres e do Ministério de la Mujer y la Equidad de Género, adotou-se o suporte teórico e metodológico dos estudos produzido sobre a História do Tempo Presente. Para analisar comparativamente as atuações destes organismos utilizou-se a pesquisa bibliográfica escrita sobre as secretarias e ministérios das mulheres no Brasil e no Chile, assim como materiais publicados que abordam a relação entre feminismo e Estado. A fim de entender suas relações com o público amplificado por meio dos sites de internet, levou-se em consideração a discussão sobre fontes digitais. Os debates desenvolvidos permitiram ponderar a importância desses espaços para conquista dos direitos das mulheres, tanto quanto perceber suas limitações dentro do Estado.

Palavras-chave: Feminismo. Movimento de mulheres. Estado. Políticas Públicas.

ABSTRACT

In light of the conquest of democracy in Brazil, in 1985, and in Chile, in 1991, women who had become feminists during the resistance movements against military dictatorships, saw the possibility of taking a greater diversity of spaces to manifest the equality guidelines of gender. Some of the emblematic places where women worked to achieve their rights were the National Secretariat of Policies for Women - SPM, in 2003, in Brazil, and the Ministry of Women and Gender Equality, in 2016, in Chile. The present work aims to analyze comparatively the creation of these two organisms, as well as their actions, achievements, and the way they communicate with an amplified public, using the internet platforms.

To explore the creation of the National Secretariat for Policies for Women and the Ministry of Women and Gender Equity, the theoretical and methodological support of the studies produced on the History of the Present Time was adopted. In order to comparatively analyze the actions of these organizations, a written bibliographic research on women's secretariats and ministries in Brazil and Chile was used, as well as published materials that address the relationship between feminism and the State. In the interest of understanding their relations with the amplified public through internet sites, the discussion on digital sources was taken into consideration. The debates that were carried out made it possible to ponder about the importance of these spaces for the conquest of women's rights, as well as perceiving their limitations within the State.

Keywords: Feminism. Women's Movement. State. Public Policy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Site da SPM I.....	65
Figura 2 - Site da SMP II.....	65
Figura 3 - Site da SPM III.	66
Figura 4 - Site do Ministério de la Mujer y la Equidad de Género I.....	66
Figura 5 - Site do Ministério de la Mujer y la Equidad de Género II.....	67
Figura 6 - Site do Ministério de la Mujer y la Equidad de Género III.	67
Figura 7 - Site do Ministério de la Mujer y la Equidad de Género IIII.....	67
Figura 8 - Site do Ministério de la Mujer y la Equidad de Género V.	68

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABI	Associação Brasileira de Imprensa
AD	Alianza Democrática
ADP	Ação Democrática Parlamentar
BH	Belo Horizonte
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CEMAS	Centros de las Madres
CMD	Concertación de Mujeres por la Democracia
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONADI	Corporação Nacional para o Desenvolvimento Indígena
CONAMA	Comissão Nacional do Meio Ambiente
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DINA	Dirección de Inteligencia Nacional
DPMR	Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais
EUA	Estados Unidos da América
JOCAS	Jornadas de Conversación sobre Afectividad y Sexualidad
MAPU	Movimiento de Acción Popular Unitaria
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MDP	Movimiento Democrático Popular
MEC	Ministério da Educação
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MFPA	Movimento Feminino pela Anistia
MIR	Movimiento de Izquierda Revolucionaria
MMFDH	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas

PCB	Partido Comunista Brasileiro
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PGM	Programa de Melhoria da Gestão
PIOM	Plano de Igualdade de Oportunidades para as Mulheres
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNPM	Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres
PPA	Plano Plurianual
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RM	Rearmamento Moral
RMAAM	Reunião de Ministras e Altas Autoridades do Mercosul
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SENDET	Secretaria Nacional de Detenidos
SEPPIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SERNAM	Servicio Nacional de Las Mujeres
SERNAMEG	Servicio Nacional de la Mujer y la Equidad de Género
SPM	Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	OS MECANISMOS INSTITUCIONAIS DO ESTADO E AS PAUTAS FEMINISTAS	21
2.1	OS MOVIMENTOS FEMINISTAS BRASILEIROS DURANTE A DEMOCRACIA E O CONSELHO NACIONAL DE DIREITOS DA MULHER.....	21
2.2	OS MOVIMENTOS FEMINISTAS CHILENOS DURANTE A DEMOCRACIA E O SERVICIO NACIONAL DE LA MUJER.....	34
3	SECRETARIAS E MINISTÉRIOS	49
3.1	GENDER MAINSTREAM.....	49
3.2	A CRIAÇÃO DA SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES NO BRASIL	50
3.3	A CRIAÇÃO DO MINISTERIO DE LAS MUJERES Y LA EQUIDAD DE GÉNERO NO CHILE.....	57
3.4	ANÁLISE COMPARATIVA.....	61
3.5	OS SITES DAS SECRETARIAS E MINISTÉRIOS DAS MULHERES	64
4	CONCLUSÃO.....	70
	REFERÊNCIAS	72

1 INTRODUÇÃO

A partir da conquista das instáveis democracias no Brasil, em 1985, e no Chile, em 1991, uma parte dos movimentos feministas e de mulheres passou a considerar necessário que houvesse um órgão especializado, diretamente vinculado ao Estado, o qual visasse promover e assegurar os direitos das mulheres. Dessa forma, essas pessoas lutaram pela criação de Secretarias e Ministérios das Mulheres, e por meio desses organismos, promoveram mudanças que afetaram diretamente a sociedade civil.

A importância do estudo das Secretarias e Ministérios de Mulheres surge a partir da consideração de que esses organismos foram espaços essenciais para atuação das mulheres em busca da igualdade de gênero. Em uma conjuntura política atual, na qual estamos vivenciando o término da *Maré Rosa*¹ - nome dado ao período que se iniciou no final dos anos 90, quando os países região do Cone Sul passaram a eleger presidentes que tinham comprometimento com demandas populares, consideradas de esquerda, depois de um longo período (no início da redemocratização) elegendo governos de centro-direita – e o início do retrocesso dos direitos das mulheres, consideramos essa pesquisa relevante, pois registra e faz uma análise comparativa da relação entre esses países, a conquista desses direitos e a maneira como funcionaram esses organismos.

Ao final do ano de 1985, quase todos os países do mundo estavam implementando algum tipo de aparelho estatal que se preocupasse com a questão da mulher (SANTOS, 2006). Esses esforços fizeram parte de movimento internacional que ganhou forças principalmente no mundo ocidental, quando os movimentos feministas pressionou a ONU para definir 1975 como o ano internacional da mulher, e a partir dele, a década da mulher.

Essa discussão é fruto de um contexto maior dos movimentos feministas no mundo ocidental, cujo período convencionou-se chamar de “Segunda Onda”. Enquanto em países como Estados Unidos e França circulavam intensa e desafrontadamente livros como “O segundo sexo” (1949), de Simone de Beauvoir e “A mística feminina” (1963) de Betty Friedan, os quais foram obras famosas por criticar a posição de subordinação das mulheres da sociedade, os países do Cone Sul viviam ditaduras – cujos golpes de Estado foram justificados pela “ameaça comunista” - as quais condenavam também, qualquer tipo de comportamento que não obedecessem a moral e os bons costumes, manifestados em seu auge no Brasil, pelas Marchas

¹ Ver a respeito da “Maré Rosa”: PANIZZA, Francisco “La marea rosa”. *Análise de Conjuntura OPSA*, 2006, n. 8.

da Família Com Deus Pela Liberdade. Durante esse período, os setores conservadores que estavam nos cargos políticos de poder na sociedade, demonstraram condenar não apenas o feminismo, mas também os movimentos negros² e os movimentos LGBTs³.

Os espaços democráticos para manifestação não existiram durante as ditaduras no Brasil e no Chile: os movimentos sociais foram criminalizados, a repressão foi institucionalizada, a tortura e morte de presos políticos transformaram-se em políticas governamentais, e as organizações estudantis e universitárias foram postas na ilegalidade. Por conta disso, o feminismo de Segunda Onda foi experienciado de formas diferentes nos países do Cone Sul. Entretanto, as mulheres participaram intensamente nos movimentos de resistência à ditadura, e por essas e outras vivências, conheceram o feminismo: seja em movimentos de esquerda, no exílio, nas universidades ou em encontros dos grupos de consciência.

Com a conquista da democracia, as mulheres encararam um maior leque de espaços para manifestar suas pautas e para exigir a conquista de seus direitos. Ocuparam cargos no setor público, nas universidades, se tornaram lideranças dos movimentos de bairros e praticaram feminismo acadêmico.

Foi também nos primeiros anos dos períodos democráticos no Brasil e no Chile, que foram criados organismos ligados ao Estado para cuidar das questões das mulheres. São eles o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM), de 1985, e o Servicio Nacional de la Mujer (SERNAM), de 1991. No caso brasileiro, o CNDM foi uma exigência de parte do movimento feminista, enquanto no caso chileno, o SERNAM foi interpretado como um organismo de modernização do Estado e do aparato burocrático, mas também uma expansão do campo feminista. Nos dois casos, os organismos conquistaram uma maior gama de direitos para as mulheres e lutaram para a transversalização da perspectiva de gênero nas políticas públicas. Entretanto, o CNDM teve um grande corte de orçamento já no final da década de 1980, o qual desmobilizou sua ação; e o SERNAM nunca chegou a ter uma posição boa nos níveis de hierarquia do Estado, com capacidade apenas propositiva e recursos reduzidos.

Com a chegada do governo de centro-esquerda no Brasil, devido a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2003, observou-se a criação de um outro modelo de

2 “O Decreto-Lei nº 510, de 20 de março de 1969 em seu artigo 33º previa a detenção de 1 a 3 anos de qualquer movimentação ou articulação na temática racial, pois na época o governo brasileiro não admitia em nenhuma esfera legal, seja ela doméstica ou internacional, que havia casos de racismo no país (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1969). Nessa orientação, o governo considerava os movimentos com temáticas afro-brasileiras os responsáveis por estimular o —racismo negro (PEREIRA, 2010, p.131, p.166, p.167).” (FERNANDES, 2019, p. 30)

3 Segundo Green, o movimento de gays, lésbicas e travestis surgiu durante a fase de abertura política, em 1978. A primeira marcha organizada pelo movimento ocorreu em 1980 em protesto a violência policial. (GREEN, 2000)

organismo para cuidar das questões das mulheres, considerado uma instância governamental para coordenar políticas públicas com a perspectiva de gênero em todos os níveis hierárquicos do Estado. A Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SPM) foi então criada em 2003, e em 2011 ganhou o status de ministério.

Em 2014, Michelle Bachelet se reelegeu como presidente do Chile liderando uma nova coalizão de centro-esquerda, após ter sido a primeira diretora da ONU Mulheres. Com a proposta de uma Agenda de Gênero, foi criado o Ministerio de la Mujer y la Equidad de Género, que começou suas atividades em 2016 como meio de garantir um maior diálogo entre os ministérios, possibilitando a efetivação da transversalização de gênero.

Nesse trabalho pretendo analisar comparativamente a criação da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, em 2003, no Brasil, e do Ministerio de la Mujer y la Equidad de Género, em 2016, no Chile, o que significa entender a época em que surgiram e o status que adquiriram. Também, pretendo analisar suas atuações, conquistas, e a maneira como se comunicaram com um público amplificado, por meio de suas páginas de internet.

Esses organismos foram escolhidos por considerarmos eles como espaços emblemáticos de atuação das mulheres para a conquista de seus direitos. O recorte temporal corresponde às suas datas de criação, e os países foram escolhidos por entendermos que o Brasil e o Chile possuem maneiras diferentes de organização e atuação, mas com uma trajetória de experiências históricas parecidas.

A ideia para Trabalho de Conclusão de Curso surgiu como um meio de aprofundar os estudos que desenvolvi no meu segundo ano de bolsa de iniciação científica, que tinham como objetivo verificar de maneira comparativa a implementação de Secretarias e Ministérios das Mulheres nos países do Cone Sul⁴. Essa pesquisa fez parte do projeto “Os feminismos e as possibilidades democráticas para as mulheres no Cone Sul (1982-2012)”⁵ coordenado pela professora doutora Joana Maria Pedro.

Em todo o trabalho adotou-se a perspectiva de gênero, uma categoria de análise que Scott (1990) definiu como “uma forma primária de dar significado às relações de poder. Seria

⁴ Ao final da pesquisa, constatamos que todos os países do Cone Sul (Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai), exceto pela Bolívia, haviam algum órgão ligado ao Estado especificamente direcionado às questões de igualdade de gênero. No entanto, escolheu-se estudar os casos de Brasil e Chile por uma similaridade entre os casos – abordadas durante o desenvolvimento da pesquisa – e também uma maior facilidade de acesso às informações sobre esses dois países.

⁵ O projeto tem como objetivo verificar a participação das mulheres nos novos governos democráticos do Cone Sul a partir dos anos oitenta até 2012, através de entrevistas, livros, capítulos de livros, artigos em periódicos e mídias variadas.

melhor dizer: o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado” (SCOTT, 1990, p. 88), em que se interpreta as relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, considerando as realidades sociais dos sujeitos.

Para entender o contexto em que foram criados o Ministério e a Secretaria, entende-se que estamos dentro do campo da História do Tempo Presente, que

mais do que qualquer outra, é por natureza uma história inacabada: uma história em constante movimento, refletindo as comoções que se desenrolam diante de nós e sendo, portanto, objeto de uma renovação sem fim. Aliás, a história por si mesma não pode terminar. Eis por que devemos afirmar alto e bom som – ao contrário daquela teoria tão em voga que pretende nos convencer de que chegamos a uma era da estabilidade e a um estágio de completa realização – que a história não tem fim, salvo se houver uma catástrofe cósmica. (BÉDARIDA, 1998, p. 229)

A análise comparativa entre a experiência dos dois países foi possível com o estudo da História Comparada (PRADO, 2005). Esta abordagem permite observar as trajetórias políticas e analisar países latino-americanos que tem experiências muito próximas, como “a colonização ibérica, a independência política, a formação dos Estados Nacionais, a preeminência inglesa e depois a norte-americana” (ibidem, p. 12) e adiciona-se, os regimes militares. Desta forma, produziram-se analogias entre as experiências feministas no Brasil e no Chile, analisando as aproximações e distanciamentos nas trajetórias da Secretaria e do Ministério voltados para mulheres.

Para análise das páginas de internet, como os sites oficiais da SPM e do Ministerio de la Mujer y la Equidad de Género, entendemos que todo o documento digital é uma criação formada por uma linguagem de programação, que é composta por uma camada cultural e uma camada computacional (SILVEIRA, 2016). Desta forma, as fontes digitais não devem ser observadas “como mera transposição da documentação material a um meio digital. A diferença entre as fontes tradicionais e as fontes digitais é a conversão de um conteúdo em imagem” (SILVEIRA *apud* GITELMAN, p. 283).

Entendemos o feminismo como um campo discursivo de ação. Para Alvarez (2014):

Os campos discursivos de ação são muito mais do que meros aglomerados de organizações voltadas para uma determinada problemática; eles abarcam uma vasta gama de atoras/es individuais e coletivos e de lugares sociais, culturais, e políticos. Os setores mais política e culturalmente visíveis desses campos, e os pontos nodais que os articulam, variam ao longo do tempo. Em diferentes momentos, distinta/os atoras/es ou vertentes ganham maior ou menor visibilidade política e cultural, e maior ou menor acesso ao microfone público e aos recursos materiais e culturais, às vezes conseguindo se estabelecer como hegemônicos. (ALVAREZ, 2014, p. 18).

Esses campos se articulam em teias ou malhas. “Ou seja, as atoras/es que neles circulam se entrelaçam em malhas costuradas por cruzamentos entre pessoas, práticas, ideias e discursos” (ibidem). Essas teias não vinculam só grupos organizados, mas também indivíduos e agrupamentos menos formalizados que estão situados além da sociedade civil.

Concordamos com Alvarez (2014) quando a autora identificou que a hegemonia discursiva sobre os feminismos de segunda onda nos países da América Latina – a qual exalta uma organização autonomista, que visou a luta específica e marginaliza as feministas que lutaram em partidos políticos - tende a apagar o fato de que esse campo discursivo de atuação sempre foi heterogêneo. Já no final da década de 80 e em toda a década de 90, a autora entende que o campo de ação se pluralizou e descentralizou ainda mais, e começou a se “articular verticalmente”, “adentrando nas mais variadas instituições masculinistas” (ALVAREZ, 2014). Nesse momento, como veremos adiante no trabalho, o gênero passou a ser “mainstreamed” (transversalizado) pelas instituições políticas, ou seja, passou a ser uma perspectiva utilizada principalmente dentro do Estado para construir políticas públicas. Assim sendo, a partir dos anos 2000, houve uma proliferação de atores que se identificaram com o campo feminista, o qual experimentou e compôs um processo de descentramento no interior dos feminismos plurais, e compõe um campo de ação mais extenso e diverso, “ele próprio composto por várias vertentes, vários “sidestreams”” (ALVAREZ, 2014, p. 41).

Mencionadas as principais perspectivas teóricas que guiaram a construção desse trabalho, pretendo compor o trabalho de forma a analisar como no Brasil e no Chile se deu uma aproximação entre pautas feministas e Estado, e também quais fatores propiciaram a criação dessas instituições.

No Capítulo 1 pretendi estudar como o campo feminista se estendeu verticalmente em direção ao Estado (ALVAREZ, 2014) no Brasil e no Chile. Para compreender essa movimentação, estudamos as manifestações das pautas características da chamada Segunda Onda feminista nos dois países durante seus períodos ditatoriais, entendendo suas proximidades e características em comum, assim como suas maneiras diferentes de organização. Com a transição e consolidação dos regimes democráticos, percebemos a criação de dois organismos estatais para cuidar das questões das mulheres, o CNDM, no Brasil, e o SERNAM, no Chile, dessa forma, fizemos uma análise de suas trajetórias para entendermos como se deram as primeiras aproximações das pautas feministas com os organismos institucionais.

No segundo capítulo, analisamos a popularização do conceito de *gender mainstream/* transversalidade de gênero propagada pela ONU na IV Conferência Mundial sobre a Mulher,

que ocorreu em Beijing, em 1995. Esse evento recomendou a criação de mecanismos nacionais para cuidar das questões de gênero em todos os níveis do governo. Em um segundo momento, estudamos os diferentes contextos políticos nos quais foram criadas a Secretaria Especial de Política para as Mulheres, em 2003 no Brasil, e o Ministerio de la Mujer y Equidad de Género, em 2016 no Chile. Analisamos suas principais conquistas e fizemos uma análise comparativa do modo com que se organizavam esses organismos. Em seguida, examinamos as páginas de internet oficiais da SPM e do Ministério, para explorar a maneira como esses organismos se comunicaram com o público.

Nas últimas páginas desse trabalho, teço minhas considerações sobre essa pesquisa, refletindo sobre o modo como operam esses organismos, a partir das leituras críticas que fiz sobre a relação entre feminismo e o Estado.

2 OS MECANISMOS INSTITUCIONAIS DO ESTADO E AS PAUTAS FEMINISTAS

A retomada do feminismo no mundo ocidental dos anos 70 produziu várias questões. A discussão sobre sexualidade, saúde, participação política, o questionamento do papel da mulher na sociedade, provocou dúvidas de como os movimentos feministas iriam se organizar para que fosse possível obter a efetivação das pautas que manifestavam como necessárias para atingir a igualdade entre as pessoas.

Para muitas mulheres, o movimento feminista deveria permanecer autônomo, sem qualquer vinculação com as instituições. Para outros grupos de mulheres, o movimento feminista deveria se aliar ao Estado, aos partidos políticos, às Organizações Não Governamentais, para que esses fossem mecanismos que possibilitassem a obtenção de seus objetivos.

Essa discussão se deu de diferentes formas no Brasil e no Chile. Como dito anteriormente, apesar de os dois países terem uma trajetória similar no que diz respeito a experiências com as ditaduras e os póstumos governos liberais, as configurações dentro dos movimentos feministas se deram de formas distintas. Nesse sentido, também, o debate sobre institucionalização e autonomia ocorreu nos dois países e, em cada um deles, contava com aspectos próprios, que podem ser verificados conforme as discussões feitas com a criação do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM), em 1985 no Brasil e do Servicio Nacional de Las Mujeres (SERNAM), em 1991, no Chile. Ambos eram mecanismos vinculados ao Estado que tinham como prioridade tratar as questões das mulheres.

2.1 OS MOVIMENTOS FEMINISTAS BRASILEIROS DURANTE A DEMOCRACIA E O CONSELHO NACIONAL DE DIREITOS DA MULHER.

Nos países da América Latina, o feminismo de Segunda Onda se manifestou em meio a uma conjuntura política de repressão, na qual os movimentos sociais foram criminalizados. Apesar da repressão cotidiana exercida pelo governo militar, as mulheres encontraram formas de organização que permitiram a realização de eventos, palestras, manifestações e publicações de periódicos que possibilitaram a visualização de suas pautas.

No Brasil, os grupos feministas organizados começaram a reaparecer por meio dos grupos de consciência, também chamados de grupos de reflexão. Diferente das feministas do

início do século, que lutavam pelo direito ao voto, a educação e a participação política, os grupos de consciência e reflexão passaram a discutir assuntos referentes às manifestações de sexualidade, de direito ao corpo, de experiências de opressões que ocorriam em âmbito doméstico. Pedro (2010, p. 117) explica que

Os “grupos de consciência” foram uma das características do feminismo de “Segunda Onda”. Estes grupos reuniam entre 12 e 24 mulheres que discutiam questões do privado e liam bibliografia feminista. Estas mulheres buscavam rever imagens, mitos e preconceitos vigentes na sociedade ocidental que atribuem às mulheres inúmeras desqualificações, tais como de possuírem pouca inteligência, fragilidade física e diversas incapacidades, definindo o lar como seu espaço “natural”. Pretendiam, ainda, a expansão da consciência; neste sentido, cada participante de uma destas seções deveria, também, tornar-se uma formadora de outro “grupo”.

Nesse sentido, Petersen (2006) conta que ao estudar entrevistas feitas com algumas mulheres brasileiras integrantes dos primeiros grupos feministas, constatou que os livros *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir e *A Mistica Feminina*, de Betty Friedan, aparecem como obras essenciais para que as mulheres assimilassem as pautas do feminismo. A leitura dos livros estrangeiros e a própria formação dos grupos foi possível, também, pois boa parte das mulheres já havia tido contato com esse tipo de reunião em outros países onde estavam, por conta do exílio ou não, na época da ditadura brasileira.

Sendo assim, ao estudar as narrativas fundadoras dos feminismos no Cone Sul, ou seja, ao estudar como as ideias estrangeiras do feminismo de Segunda Onda foram sendo apropriadas pelas mulheres argentinas, bolivianas, brasileiras, chilenas, paraguaias e uruguaias durante os anos 1960 a 1989, Pedro (2010) constatou, através de entrevistas com militantes da época, que o caso brasileiro traz consigo um diferencial: a grande formação de grupos feministas durante as estadias das mulheres no exterior - o que pode ser verificado através da constituição de vários grupos no Chile, na França, e em Portugal. Isso foi importante, pois quando voltaram, contribuíram para difundir as ideias do movimento para mais mulheres.

Entretanto, os grupos de reflexão não foram a única forma das mulheres se identificarem com o feminismo. Pedro (2010) cita que a participação no movimento feminino pela Anistia, nos movimentos de contracultura, nas organizações de esquerda e na academia, também foram meios importantes para que esse reconhecimento acontecesse.

Esses grupos de reflexão e os outros meios de identificações das mulheres como feministas, foram importantes para que algumas dessas mulheres começassem a atuar politicamente de forma organizada e constituíssem os diversos grupos dos campos feministas durante a ditadura e que atuaram posteriormente no período democrático. Isso pode ser

percebido principalmente através dos eventos que aconteceram no eixo Rio – São Paulo, para discutir a situação da mulher.

Pinto (2003) localiza, em 1972, dois eventos de carácter feminista de natureza contraditória que evidenciam as diferenças do movimento na época. O primeiro foi um encontro promovido pelo Conselho Nacional da Mulher, que segundo a autora, indica a transição “do feminismo bem-comportado, à moda Bertha Lutz, e um novo feminismo malcomportado que começou a enfrentar questões consideradas tabus” (PINTO, 2003, p. 46). O Conselho Nacional da Mulher foi criado em 1949 pela advogada Romy Madeiros e seus membros promoviam atividades de luta para conquistar direitos institucionais para as mulheres. Pinto (2003) indica a importância da presença de Madeiros como uma pessoa que possibilitava a conquista de direitos das mulheres mesmo na conjuntura política da época: conseguiu a aprovação do Estatuto da Mulher Casada, em 1962. Isso permitiu que, a partir de 1964, tanto marido quanto a esposa tivessem os mesmos impedimentos legais “para, por exemplo, dar fiança, alienar imóveis, oferecer bens em hipoteca, dentre outros” (PINTO *apud* BASTERD, 2003, p. 47). A autora ressalta que Madeiros tinha uma relação boa com a elite dominante no regime militar e apoiava políticas públicas de inspiração conservadora, como do planejamento familiar das famílias pobres, que são associadas a políticas de controle de população do Terceiro Mundo. O segundo evento citado por Pinto (2003) são os já mencionados grupos de consciência, considerados de importante carácter pioneiro em um momento onde a repressão do governo Médici impedia a manifestação e organização política. Os grupos de reflexão permitiram que mulheres entrassem em contato com o feminismo, e discutissem pautas que foram fundamentais para atuação política e social.

Para compreender as tímidas manifestações do feminismo até 1975 – ano considerado explosivo para o campo feminista no Brasil – é importante discutir sobre alguns aspectos da ditadura militar brasileira.

A ditadura que atordoou o Brasil por 21 anos foi iniciada em abril de 1964. Vários foram os fatores que influenciaram nessa ocorrência. Segundo Motta (2002) a fagulha principal para iniciar o golpe dos militares foi o desenvolvimento do segundo grande surto anticomunista no Brasil⁶, cuja interferência dos cenários nacionais e internacionais são visíveis. Na conjuntura política internacional, a revolução cubana arremessou a América Latina para dentro da Guerra Fria: temendo que a região tomasse o exemplo dos cubanos, os Estados Unidos da América

⁶ Para Motta (2002), a primeira onda anticomunista no Brasil acontece entre 1934 e 1937.

desenvolveram estratégias para divulgar os benefícios do desenvolvimento capitalista no Brasil e em outros países, o que incluiu medidas de propaganda e auxílio econômico. Já na conjuntura política nacional, o presidente Jânio Quadros estabeleceu uma política externa independente, a qual era marcada por uma possível aproximação aos cubanos e soviéticos, entretanto, o Brasil havia construído uma forte tradição anticomunista desde os anos 1930.

Com a renúncia de Jânio Quadros, João Goulart assumiu a presidência do país e deu continuidade a uma política de aproximação com países não alinhados e socialistas, o que era interpretado por uma camada da sociedade como um choque com os interesses norte-americanos, e considerado prejudicial ao desenvolvimento capitalista no Brasil. Além disso, Jango prometia reformas de base, interpretadas como um projeto de cunho comunista. Concomitantemente a isso, a propaganda anticomunista era organizada e contava com entidades nacionais e internacionais, como a Ação Democrática Parlamentar (ADP), bloco interpartidário de parlamentares brasileiros (LAMARÃO, 2019) e o Rearmamento Moral (RM), entidade anticomunista internacional sediada nos EUA. Assim, a ascensão de Goulart ao poder, para Motta (2002), motivou o fortalecimento das esquerdas e também da reunião de grupos anticomunistas. Nesse contexto, o autor considera que o golpe de 1964 foi dado com alicerce em argumentos de que Goulart estaria disposto a tomar quaisquer medidas necessárias para dar um golpe comunista no Brasil. O temor ao comunismo foi apresentado à sociedade de maneira muito mais dramática, o que se tornou um cimento para mobilizações anti-Goulart e proporcionou a unificação dos setores, numa frente favorável à derrubada do presidente, sendo a solução autoritária um meio para eliminar a ameaça comunista.

Já nos primeiros dias a partir do Golpe de 64, as medidas do novo governo foram dadas. Mandatos legislativos federais, estaduais e municipais foram cassados; houve revogação das garantias constitucionais da vitaliciedade e da estabilidade. Os famosos Atos Institucionais oficializaram medidas repressivas. Foram estabelecidas as eleições indiretas para presidente, a dissolução de partidos já existentes, a imposição do bipartidarismo, a cassação de novos mandatos, e o fechamento do Congresso Nacional. O governo decretou eleições indiretas para governadores e a extinção de eleições para prefeitos. Além disso, a tortura de presos foi interpretada como política de Estado e as organizações estudantis e universitárias foram postas na ilegalidade (REIS, 2014).

As medidas institucionais de caráter repressivo foram acompanhadas por manifestações de descontentamento no cinema, no teatro, na música, na literatura, na imprensa, nas artes, etc. Também, os estudantes começaram a organizar as primeiras manifestações contra

o governo a partir de 1965, o que atinge seu auge em 1968, quando ocorreu a Passeata dos Cem Mil no Rio de Janeiro, evento que marca a união de uma série de categorias (secundaristas, professores, artistas) descontentes com o governo. (REIS, 2014) Entretanto, no final de 1968 já é visível a desmobilização causada pela força repressiva desproporcional empreendida pelo Governo.

Os grupos de oposição à ditadura não eram homogêneos. Para Reis (2014) existiam aqueles moderados, vinculados principalmente ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), apoiados clandestinamente pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB); o movimento estudantil, com um caráter sindical; e as organizações da esquerda revolucionária, que lutavam contra o imperialismo, a burguesia e o sistema e em sua maioria, priorizavam a luta armada. A esquerda revolucionária era composta por grupos diversos com características próprias, que antes da ditadura, buscavam representar várias camadas da classe trabalhadora. Entretanto, com a clandestinidade e o enfrentamento direto a ditadura, os grupos da esquerda revolucionária ficaram cada vez mais distantes da classe trabalhadora, agindo nas margens da sociedade, através de ações isoladas, como as capturas de diplomatas e pessoas de importância para o Governo.

Dessa forma, pode-se perceber que a ditadura, apesar de ter sido permeada por relações complexas de poder, foi marcada por uma extrema repressão a quaisquer tipos de manifestações contrárias a ordem política determinada pelo governo dos militares. O caráter cristão do governo, exacerbado pelas manifestações de apoio, nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade, pregava determinados tipos de comportamentos morais, e quaisquer atitudes fora desse padrão, eram encaradas como impróprias.

Foi nesse contexto que 1975 foi designado pela ONU como o Ano Internacional da Mulher. Em consequência disso, essa Organização realizou a “I Conferência Mundial da Mulher”, no México, um evento que reuniu feministas do mundo inteiro e tinha como propósito intensificar ações para promover a igualdade entre homens e mulheres e dar visibilidade a essa causa. O objetivo era viabilizar que ações com esse propósito fossem feitas de forma contínua, e por isso foi estabelecido que os estados-membros da Organização das Nações Unidas se comprometessem com essa causa.

Pinto (2003) indica que vários outros eventos foram promovidos no Brasil durante aquele ano, e em detrimento disso, 1975 foi um período de destaque para o campo feminista. Um desses eventos foi “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”, patrocinado pelo Centro de Informações da ONU, realizado no Rio de Janeiro, fruto do esforço

de algumas mulheres da cidade que estavam envolvidas em discussões feministas. Em decorrência desse acontecimento, foi criado o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, que tinha estatuto legal, “e, tal como observa Pinto [2003], fora uma “virada radical na trajetória do movimento, que não só tornava público como buscava a institucionalização”. (Id.:57)” (SANTOS, 2006, p. 410). O Centro durou 5 anos e foi importante pois conseguiu articular e centralizar demandas dos movimentos de mulheres e feministas, como em 1978, quando lançou um documento chamado Carta às Mulheres, o qual reunia reivindicações das “demandas gerais e específicas” que estavam ligadas à vida das mulheres.

Das reivindicações gerais constavam: “anistia ampla, geral, irrestrita, eleições livres e diretas para todos os cargos eletivos; Assembleia Constituinte, soberanamente eleita; fim da carestia” (PINTO, 2003, p. 61). Nas reivindicações específicas lia-se: “criação de creches nas empresas e principalmente nos bairros; aumento de áreas de lazer, principalmente nos bairros pobres; aumento do número de escolas e de horas letivas; ampliação e melhoria da merenda escolar nas escolas públicas; igualdade salarial; condições mais adequadas de trabalho” (ibidem).

Além disso, Pinto (2003) considera dois outros eventos como importantes para a articulação do movimento feminista em 1975. O primeiro é o início da participação de um grupo feminista de São Paulo nas reuniões anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Essas reuniões foram consideradas espaços importantes para discutir a censura e as repressões exercidas pelos militares durante a ditadura e, além disso, depois das sucessivas participações do grupo de feministas de São Paulo, também foi um espaço importante para o início do desenvolvimento de um feminismo acadêmico no país.

Também em 1975 aconteceu o início do Movimento Feminino pela Anistia. Criado por Terezinha Zerbini e outras nove mulheres de classe média, o Movimento se expandiu por todo o país, segundo Duarte (2009), principalmente depois da distribuição de um Manifesto em defesa da anistia. Além disso, expansão do MFPA gerou a criação de seus núcleos em diversos estados do Brasil. Apesar do protagonismo das mulheres no MFPA, e das alianças deste Movimento com algumas feministas, Duarte (2009) indica que isso não significa que Zerbini tenha se engajado nas lutas específicas das mulheres, ou que considerasse o Movimento feminista legítimo. Entretanto, a autora sinaliza a importância de salientar que, apesar das posições da líder Terezinha Zerbini, o MFPA representa a porta de entrada no feminismo de muitas mulheres. A preocupação de que somente mulheres integrassem o Movimento assemelha-se a práticas dos grupos de consciência do chamado feminismo de segunda onda.

Além disso, a luta coletiva, a influência de grupos políticos, a descoberta da “força feminina” e de sua disposição para a luta, possibilitaram a descoberta do feminismo para muitas militantes.

A partir do ano de 1974, também é possível visualizar os primeiros esforços e tentativas por parte dos militares para exercer uma transição política em direção à democracia. Com a escolha, por parte das Forças Armadas, do general Ernesto Geisel para assumir a presidência da República, e do general Golbery do Couto e Silva para assumir a chefia da Casa Civil, iniciou-se um projeto de abertura política, entendido pela literatura como “lento, gradual e seguro”, e tinha como objetivo conservar as posições de poder dos militares. Ferreira (2016) explica que, para Teixeira da Silva (2017), não foi a crise do milagre econômico que provocou a decisão dos militares para que houvesse a abertura, pelo contrário, foi a eficiência do governo Médici que criou condições para a posse de Geisel e Golbery. O autor argumenta sobre isso, nos lembrando que quando Geisel foi escolhido para liderar o país, o Brasil ainda apresentava um índice de crescimento de 14%. No entanto, pondera-se aqui, que a dupla visou, nesse processo de abertura, uma constitucionalização do regime, o que segue a tendência contrária ao retorno do país a democracia liberal. Sendo assim, “Tratava-se de uma autorreforma liberalizante do regime autoritário, mantendo-se, no entanto, o poder militar” (FERREIRA, 2016, l. 475). Dessa forma, os anos de governo de Geisel (1975-1979), não significaram a minimização da repressão, mas sim a continuidade da violência.

O ritmo da abertura política foi influenciado pela insatisfação da população com o regime militar. Ferreira (2016) indica algumas situações imprevisíveis e que influenciaram diretamente nesse fator: a vitória do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) nas eleições parlamentares de 1974; o aumento da crise econômica, dominada pelo aumento da dívida externa e pela inflação; a insatisfação de alguns setores do Exército com a abertura, o que gerou assassinatos em quartéis – representado aqui pela morte de Vladimir Herzog, em 1975. Além desses, no contexto internacional, Jimmy Carter, enquanto presidente norte-americano, tomou decisões relacionadas a impulsionar políticas de direitos humanos, o que motivou sua intolerância com ditaduras sul americanas.

Apesar de tais condições, com o sucessor general João Figueiredo na presidência, a transição democrática foi controlada pelos militares até 1982. No entanto, já em 1979, fatores contribuíram para a reorganização das esquerdas e para oposição ao regime. Entre eles, foi significativa a decisão de anistia política. A anistia não foi executada como exigiam as oposições ao governo: foi parcial e não direcionava punições aos torturadores. Entretanto muitos exilados puderam voltar ao Brasil e participar significativamente da luta política pela

democracia. Outro fator simbólico em 1979, foi o término do bipartidarismo. Nesse sentido, surgiram vários partidos nos quais as pessoas de oposição à ditadura conseguiram se organizar e levar projetos democráticos para o âmbito institucional.

Até esse momento, boa parte das mulheres, que se identificavam com o feminismo, também participou de organizações de esquerda em resistência à ditadura. Com o término do bipartidarismo, segundo Pinto (2003), as mulheres que se identificavam com o MDB se dividiram entre dois partidos: o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o Partido dos Trabalhadores (PT).

A autora identifica também que com o processo de democratização mais avançado surgiu uma nova divisão entre as feministas: de um lado ficaram as que lutavam pela institucionalização do movimento e por uma aproximação da esfera estatal e, de outro, as autonomistas, que viam nessa aproximação um sinal de cooptação (PINTO, 2003, p. 68)

Nesse sentido, Pinto (2003) considera que não houve uma recusa à institucionalização, e diz que a relação do feminismo com o campo político, a partir desse ano, pode ser estudada através da conquista de espaços institucionais concretizados nos Conselhos e Delegacias da Mulher, da presença das mulheres em cargos eletivos e das formas alternativas de participação política.

Com as eleições de 1982, muitas feministas concorreram a cargos eletivos e foram eleitas. É possível perceber a existência de um esforço, dentro dos grupos feministas, para eleger mulheres que levassem suas pautas para o setor público. Começaram a surgir agrupamentos dentro dos próprios partidos para as questões das mulheres, como o PMDB-Mulher, que formou uma trinca feminista para as eleições de 1982. Silvia Pimentel contou em entrevista utilizada no trabalho de Santos (2006) que formou a trinca junto de outras duas mulheres do PMDB - Ruth Escobar e Ida Maria – para concorrer aos cargos de deputada federal, deputada estadual e vereadora, respectivamente.

Esse agrupamento de mulheres do PMDB também foi um dos responsáveis pelo desenvolvimento do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, uma exigência do movimento feminista que fez parte da plataforma de campanha do governador Franco Montoro. Quando eleito, Montoro articulou a criação do Conselho inaugurado em 1983, que tinha como proposta ser um órgão pluralista e suprapartidário. Apesar disso, houve críticas e recusas por parte de várias mulheres do movimento feminista, que acreditavam que um mecanismo institucional, vinculado ao governo, poderia comprometer a manifestação e as conquistas do movimento feminista. Já as mulheres do PT não participaram do Conselho pois acreditavam na

criação de um “órgão de políticas públicas mais forte, em forma de coordenadoria ou secretaria, ou seja, um organismo estritamente executivo, sem pretensão de representar o movimento” (SANTOS, 2006, p. 418).

A partir de 1982 a abertura política em direção a uma democracia liberal tomou outros rumos. Segundo Ferreira (2016), novos atores que entraram no cenário político naquela primeira fase, passaram a fustigar o regime autoritário, a começar pelo movimento estudantil, que retornou com vigor às ruas em 1977. No ano seguinte, para surpresa do poder militar, operários da região do ABCD paulista patrocinaram grandes greves, desafiando os patrões e o Estado militar. Movimentos sociais eclodiram pelo país, desde as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), da Igreja Católica, até as associações de bairros. Todos exigiam democratização do Brasil, superação da crise econômica e melhores condições de vida. Instituições como a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), entre outras, exigiam a redemocratização. Em 1982, governadores foram eleitos pelo voto direto, o que lhes garantia legitimidade. Os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais passaram a ser governados, respectivamente, por Leonel Brizola, Franco Montoro e Tancredo Neves, lideranças políticas de oposição. O PMDB elegeu uma bancada de duzentos deputados. O poder militar ainda era inquestionável, porém não tinha mais o mando exclusivo do rumo dos acontecimentos (FERREIRA, 2016).

Os grupos políticos interpretavam que a derrubada da ditadura militar poderia ocorrer de formas diferentes. O PMDB foi mais flexível no que se referia a sua postura de enfrentamento: encontrava apoio dos membros do governo, e dialogava internamente com os políticos do poder. Sendo assim, o partido teve bastante influência para as negociações referentes às eleições da época (FERREIRA, 2016).

Diante do cenário político de novas agitações dos movimentos populares, a demanda por eleições diretas para presidente se fazia como uma das principais pautas articuladora desses novos grupos em 1983. As feministas, que estavam historicamente ligadas as lutas políticas de resistência ao governo, mais uma vez se posicionaram como protagonistas nas mobilizações e participaram ativamente das campanhas por eleições diretas, que ficaram conhecidas como Diretas Já! Entretanto, com a derrota da Emenda Dante de Oliveira, votada pela Câmara Federal, em 1984, a qual propunha as eleições diretas para presidente e vice-presidente da república, houve a eleição indireta para presidente da República, na qual Tancredo Neves foi eleito.

Nesse contexto de extrema atividade política e de surgimento de novos espaços democráticos para manifestar as pautas do movimento feminista, iniciou-se a discussão sobre um órgão nacional, ligado ao Estado, para promover políticas públicas que visassem à igualdade de gênero.

As ideias de formação do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres começaram a ser manifestadas em meados de 1982. Mas apenas em 1985, durante o VII Encontro Nacional Feminista, que aconteceu em Belo Horizonte, que a discussão se tornou mais intensa e ampliada. Muitas feministas que estavam no evento argumentavam sobre a manutenção de uma autonomia em relação ao Estado, apresentando uma visão de desconfiança sobre a relação entre o feminismo e essa instituição. Essa discordância provocou a Carta de BH, um documento que “repudiava a criação do Conselho quanto à sua forma, via decreto-lei, e quanto ao processo de elaboração que foi considerado antidemocrático por não ter sido construído coletivamente pelos movimentos” (ARAÚJO *apud* VARGAS; SCHUMAHER, 2014, p. 57), que também apresentava condições⁷ para a criação do organismo. Dessa forma, como conta Pinto (2003), 40 mulheres do PMDB procuraram Tancredo Neves, enquanto candidato à presidência, para que ele se comprometesse a instaurar um órgão estatal para tratar dos direitos das mulheres. Com a eleição e morte de Tancredo, Sarney assumiu o cargo de presidente e criou o Conselho, vinculado ao Ministério da Justiça, em agosto de 1985:

Por meio da Lei 7.353 de agosto de 1985, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), vinculado ao Ministério da Justiça o qual tinha como objetivo promover políticas que visassem eliminar a discriminação da mulher. O Conselho seria composto por 17 (dezessete) pessoas titulares e 3 (três) suplentes que seriam escolhidas pelo presidente para o mandato de 4 (quatro) anos. Segundo a Lei, essas pessoas seriam aquelas que contribuam, de forma significativa, em prol dos direitos da mulher”. (ARAÚJO, 2014, p. 58)

Na época de sua criação, as competências do Conselho eram muitas, o que incluiu propor projetos de leis, fiscalizar a aplicação dessas leis e auxiliar na sua execução nas esferas municipais, estaduais e federais. Além disso, os anos iniciais do Conselho foram marcados por uma intensa mobilização para conquista da presença dos direitos das mulheres na Constituição de 1988. Os slogans “Constituinte sem mulher fica pela metade” ou “Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher” foram frutos da campanha “Alerta da mulher para a Constituinte”, que ficou conhecida nacionalmente e estimulou diversas organizações de mulheres a sistematizarem suas pautas e mandarem para o CNDM.

⁷ Tais condições podem ser vistas em SCHUMAHER, Maria Aparecida; VARGAS, Elizabeth. Lugar no governo: álibi ou conquista? **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 2, nov, 1993. p. 354.

Em consequência da mobilização, o Conselho desenvolveu um documento chamado Carta das Mulheres Brasileiras à Constituinte⁸, o qual reunia todas as reivindicações dos movimentos de mulheres e feministas para que fossem transformadas em leis na Constituição de 1988. Segundo Pimenta (2010), a maior parte das 100 propostas legislativas enviadas foram incluídas na Constituição, entretanto, não foram contempladas as leis que diziam respeito ao direito ao corpo, por conta da fragilidade do Estado frente a influência da Igreja Católica, que condena o aborto como um atentado a vida (GOMES, 2019).

Dessa forma, percebe-se que o Conselho conseguiu desenvolver diversos projetos que tiveram impacto na sociedade civil, de forma a priorizar um debate constante com as exigências dos movimentos sociais. Em meio a um debate sobre mecanismos institucionais, consideramos o CNDM o primeiro órgão de abrangência nacional que simbolizou uma institucionalização das pautas feministas. É importante destacar, novamente, que o movimento feminista brasileiro, apesar de não ter impedido a institucionalização, nunca manifestou uma opinião homogênea sobre a decisão. Isso pode ser visto em diversos periódicos⁹.

Nos anos de governo de Sarney, o país passou por diversas transformações. Em um âmbito social, implementou medidas que visavam o benefício dos trabalhadores, enquanto na política externa reatou relações diplomáticas com Cuba e assinou contratos que mais tarde culminaram na criação do Mercado Comum do Sul (Mercosul) (FERREIRA, 2016). Por outro lado, a economia do Brasil estava em um estado caótico, e atualmente é lembrada pelas marcas da instabilidade da inflação e a consequente variação de preços em produtos básicos. O presidente concluiu seu mandato em crise pois constantemente se pronunciava contra as propostas aprovadas em plenário durante o processo constituinte o que, entre outros motivos, provocou uma divisão entre seus colegas de partido, os quais formaram o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Além disso, permitiu uma repressão violenta por parte da Polícia Militar e das tropas do Exército, para conter a greve de operários da Companhia Siderúrgica Nacional, que aconteceu na cidade de Volta Redonda, no Rio de Janeiro, provocando uma crise ainda maior na popularidade de seu governo (ibidem).

Como pode-se perceber, os anos 1980 foram marcados pela abertura política em decorrência do término da ditadura. Essa abertura marcou também a conquista de mais espaços

8As pautas do documento conseguem abarcar diversas instâncias da vivência e reivindicações das mulheres: as hierarquias nos âmbitos familiares; os direitos trabalhistas; a saúde da mulher; a liberdade sexual; o direito ao corpo, violência; etc.

9 Estudados no trabalho de Oliveira (2019).

democráticos para que os movimentos sociais pudessem manifestar as suas pautas. Também permitiu que o feminismo se pluralizasse em grupos temáticos, abordando temas específicos como violência e saúde das mulheres. Esses grupos inauguraram um feminismo de prestação de serviço (PINTO, 2003), caracterizado pelas ações profissionais em Organizações Não Governamentais. Os grupos voltados para as questões da saúde tinham como objetivo conscientizar as mulheres sobre maternidade, anticoncepcional, prevenção ao câncer, aborto, etc; Os grupos voltados para tratar as questões da violência ficaram conhecidas no país inteiro como delegacias especializadas, que atendiam às vítimas de violência e prestavam a essas mulheres atendimento médico e jurídico. Foi na década de 80 também que o feminismo acadêmico se intensificou e quando começaram os primeiros núcleos de estudos sobre as mulheres das universidades. O primeiro desses grupos surgiu na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) por iniciativa de Fanny Tabak, quem também visitou diversas universidades do país, estimulando que se formassem mais organizações como essa dentro do meio acadêmico. Foi através de trabalhos acadêmicos que muitas mulheres encontraram e exerceram sua militância como feministas. Além disso, as feministas brasileiras, durante a década de 80, também estavam participando de organizações e formando novas redes internacionais¹⁰ para atuar em prol das pautas feministas em outros países de maneira integrada.

As primeiras eleições diretas para presidente e vice-presidente da república depois da democratização ocorreram em 1989 e o voto popular decidiu por Fernando Collor como presidente da República. Collor se elegeu criticando o gigantismo do Estado e almejando a entrada do Brasil no mercado mundial, deixando de lado o caráter fechado da economia do país, por meio de uma reforma liberal (SALLUM JÚNIOR, 2016). Dessa forma, quando eleito, o presidente decidiu por medidas como a privatização das empresas do Estado e a eliminação das barreiras não tarifárias ao comércio exterior. Entretanto, apesar das medidas de estímulo a indústria, os planos econômicos do governo Collor não conseguiram estabilizar a inflação, o que gerou um amplo sofrimento social e o afastamento cada vez maior dos parlamentares que o apoiavam. O presidente sofreu impeachment com dois anos de mandato e Itamar Franco, o vice-presidente, assumiu o cargo.

¹⁰ A partir de 1975, a ONU promoveu a cada 5 anos as Conferências Mundiais da Mulher. Na década de 80, aconteceram duas dessas conferências (uma em 1980, em Copenhague e outra em 1985, Nairóbi). A primeira foi dedicada a rever as conquistas da década da mulher e encontrar um meio para preservá-las. A segunda, incentivou a criação de redes e associações regionais que visassem combater os obstáculos que haviam para que fosse alcançada a igualdade entre homens e mulheres. Exemplos dessas redes são o CLADEM, o IWRAW.

Itamar Franco foi uma força contrária àquelas com tendências desenfreadamente liberalizantes. Tinha um perfil político estatizante, nacionalista e desenvolvimentista (MOTTA, 2016). Quando efetivado presidente interino, não obteve sucesso com os ministros da fazenda ao tentar combater a inflação, já que boa parte do congresso não entrava em consenso com sua visão política sobre as desestatizações e de privatizações. Nesse sentido Itamar procurou instrumentos mais efetivos para lidar com a variação de preços, procurando o apoio da força do partido PSDB, com a indicação de Fernando Henrique Cardoso para liderar o Ministério da Fazenda (MOTTA, 2016), quem mais tarde também ocuparia o cargo de presidente do Brasil. Nos mandatos dos dois presidentes “o combate ao processo inflacionário deveria, portanto, articular-se estrategicamente com as privatizações e a redução dos gastos públicos” (MOTTA, 2016, l. 4279), o que marca também a entrada cada vez mais consolidada do país na lógica neoliberal¹¹.

No modelo econômico neoliberal posto em andamento nos anos 90 no Brasil, os feminismos se pluralizaram ainda mais e também estiveram mais presentes em instituições masculinistas (ALVAREZ, 2014). Os discursos e práticas feministas começaram a transitar pelos partidos, governos, universidades, etc. e a perspectiva de gênero foi adotada pelas instituições políticas como um tema transversal, que deveria estar presente em todas as suas instâncias (ALVAREZ, 2014).

Entretanto, num contexto de adoção de medidas neoliberais, nas quais muitas vezes os orçamentos designados para tratar das questões sociais são cortados para permitir o funcionamento do Estado, há uma proliferação das ONGs no Brasil. Como aponta Pinto (2003, p. 96), “Essas organizações são financiadas primordialmente por fundações internacionais, mas em alguns casos recebem dinheiro do próprio governo, numa espécie de terceirizações de serviços e responsabilidades”. A proliferação desse tipo de organização nos anos 90, entretanto, também foi responsável por ser um grande espaço de articulação de feministas, “ajudaram a entrelaçar as atoras feministas agora amplamente espalhadas pela fábrica social, articulando-as organizacional e discursivamente (Alvarez, 2009; 2014)” (ALVAREZ, 2014). Mesmo no auge desse processo, grupos autônomos, representados principalmente pelos coletivos e outros tipos de organização, continuaram a existir e a se multiplicar e podem ser visualizados nas

¹¹ “Conceito construído para definir o conjunto de projetos econômicos liberalizantes que marcaram os governos Margareth Thatcher (Inglaterra) e Ronald Reagan (Estados Unidos) na década de 1980, o neoliberalismo abarca propostas como equilíbrio fiscal, quebra de monopólios, redução do poder dos sindicatos e da intervenção do Estado na economia, entre outras, e foi sendo gradualmente adotado nos países latino-americanos, principalmente a partir dos anos 1990”. (FIORI, 2001). (MOTTA, 2016, l. 4329)

agrupações feministas de Riot Grrrls, ou dentro de movimentos organizados como nos sindicatos, movimentos estudantis, movimentos étnico-raciais, entre outros (ALVAREZ, 2014).

Outros atores importantes para o feminismo dos anos 1980 e 1990, segundo Alvarez (2014), foram o Partido dos Trabalhadores e os movimentos sociais que estão na base de sua formação, como a CUT, o MST, e outros movimentos sindicais, rurais e populares. Segundo a autora, dentro do partido existiram algumas Comissões da Mulher, Assessorias e Coordenadorias e outras agrupações feministas dentro do partido que formaram importantes meios de articulação,

produtores e disseminadores de conhecimentos e discursos que impulsionaram a ampliação e pluralização do campo feminista. Assim estimularam, mesmo que as vezes inadvertidamente, a proliferação de feminismos “no plural” entre mulheres populares, sindicalistas, e militantes do movimento estudantil, por exemplo. (ALVAREZ, 2014, p. 28)

A autora continua falando que no caso das mulheres negras, as organizações e encontros nacionais e regionais serviram para a disseminação do feminismo negro. Além disso, as organizações transnacionais, estimuladas pela ONU, amplificaram os discursos e deram visibilidade aos grupos feministas de mulheres negras.

Sendo assim, a narrativa construída até esse momento pretendeu discutir as aproximações das relações entre as pautas dos movimentos de mulheres e feministas e os mecanismos institucionais do Estado na democracia brasileira até a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

2.2 OS MOVIMENTOS FEMINISTAS CHILENOS DURANTE A DEMOCRACIA E O SERVICIO NACIONAL DE LA MUJER.

A ditadura que iniciou no Chile em 1973 foi marcada pela repressão institucionalizada, pelos altos níveis de desigualdade econômica e desemprego e pelo sofrimento social. Nesse contexto, as mulheres, que já estavam associadas aos pensamentos e organizações de esquerda antes do golpe militar, lutaram contra a violação dos direitos humanos durante a ditadura, e no final da década de 70 iniciaram também discussões sobre os temas específicos das mulheres e, em consequência disso, delinearam a formação de um movimento feminista.

O Golpe Militar dado durante o governo de Salvador Allende em 1973 foi justificado como forma de interromper um governo socialista. Para que isso ocorresse, os governos dos

Estados Unidos da América, interpretando o mundo dentro da lógica de Guerra Fria, promoveram medidas para fortalecer as camadas liberais da população chilena e para viabilizar a desestabilização do governo de Allende, entre elas: a divulgação de propagandas anticomunistas e a mobilização de massa contra o presidente (OLIVEIRA *apud* GARCIA, 2019).

Augusto Pinochet assumiu a presidência como chefe da Junta Militar. A ditadura chilena durou 17 anos e durante esse tempo o Congresso foi fechado, os partidos foram suspensos.

Ademais, foi decretado estado de sítio, censura prévia e proibição de eleições em qualquer instituição. O cotidiano também foi alterado por meio de horários determinados para fazer compras e com a instauração do toque de recolher. Os programas de rádio foram usados para divulgar uma lista de “subversivos” e incentivar a população a denunciá-los. Moraes afirma que a violência foi generalizada e não se restringiu aos “indesejáveis” pertencentes ao governo de Allende, mas, também, foi direcionada aos que discordavam do regime. Segundo a autora, “[...] as prisões transbordavam e o próprio Estádio Nacional foi utilizado como prisão, tortura e morte” (MORAES, 2001). Por meio da Secretaria Nacional de Detenidos (SENDET) e da Dirección de Inteligencia Nacional (DINA) foram gestadas perseguições, prisões, torturas e desaparecimentos de militantes políticos, artistas e intelectuais. Viviana Vargas (2012) afiança que cerca de três mil pessoas foram executadas pelo regime militar e mais de 18 mil pessoas foram torturadas. (OLIVEIRA, 2019, p. 65-66)

Nesse sentido, como dito anteriormente, o movimento de mulheres se organizou contra a violência promovida pelo Estado, e a favor dos direitos dos presos, desaparecidos e exilados políticos. Oliveira (2019) conta que surgiram coletivos¹² que amparavam financeiramente as famílias dessas vítimas e manifestavam denúncias contra tais crimes. Também surgiram organizações de mulheres ligadas a Igreja Católica e aos partidos políticos¹³ que estavam na ilegalidade.

Outra organização importante foi o Departamento Feminino de la Coordinadora Nacional Sindical, formado por operárias sindicalizadas, esposas de trabalhadores e empregadas domésticas. Em 1978 esse órgão foi responsável por organizar o I Encuentro Nacional de la Mujer Chilena e também foi considerado um espaço importante como catalisador do movimento de mulheres e feministas ao longo dos anos 80. Entre 1979 e 1983, também foi fundado o Círculo de Estudios de la Mujer, composto por militantes e acadêmicas que

¹² Oliveira (2019) cita os coletivos Agrupación de Familiares de Detenidos Desaparecidos e o Mujeres Democráticas.

¹³ Oliveira (2019) cita a associação Unión de Mujeres (Udem), em Valparaíso e a Asociación pra la Unidad de las Mujeres (ASUMA), em Santiago.

promoviam debates em torno das questões de gênero¹⁴. Também em 1979 surgiu o Movimiento de Mujeres Pobladoras.

Com a justificativa de recuperar o Chile da crise econômica e da consequente alta da inflação, o governo de Pinochet implantou uma série de medidas neoliberais, como a privatização de diversos setores públicos, entre eles a saúde, a educação e a previdência social (OLIVEIRA, 2019), os bancos e as indústrias estatais. Para Bravo Vargas (2012), quem teve condição econômica de adquirir os setores e empresas privatizadas no Chile foram os grupos associados ao capital internacional. Isso gerou uma concentração da propriedade no país em grupos de conglomerados financeiros que controlavam boa parte do sistema bancário, das relações financeiras, além de, através de empresas associadas, uma fração cada vez maior dos setores manufatureiros e agroexportador. Ou seja, presenciou-se o surgimento de um novo bloco de poder econômico no país acompanhado de um crescimento econômico, o qual, entretanto, trouxe uma alta taxa de desemprego e da precarização das relações de trabalho.

Nesse contexto de sofrimento social devido à repressão violenta e a precarização da sobrevivência, foi quando proliferaram as ações das Organizações Não Governamentais no Chile. Oliveira (2019) demonstra que as ONGs foram espaços privilegiados para a atuação de intelectuais, para a reorganização dos movimentos sociais, dos debates políticos e de críticas ao governo durante a ditadura. A autora também descreve que boa parte dessas organizações recebiam apoio financeiro de agências internacionais norte-americanas, holandesas e suecas, as quais incentivavam a intervenção nos problemas da pobreza, organização popular e direitos humanos.

A década de 80 se configura de outra forma tanto no sentido econômico e social, quanto no sentido das organizações de mulheres e do movimento feminista, apesar da progressão da ditadura militar.

Os dois primeiros anos da década de 1980 foram, para os empresários chilenos, tempos de milagre econômico¹⁵. Entretanto, não tardou que a crise financeira internacional impactasse a economia do país. Em 1982, mais de 800 empresas faliram; em 1983, o desemprego efetivo chegou ao nível máximo de 31,3%; e o salário médio real foi reduzido em quase 20% (BRAVO

¹⁴ O Círculo de Estudios de la Mujer era financiado pela Academia de Humanismo Cristiano, que retirou o suporte dado a instituição, fazendo com que essa encerrasse suas atividades por discordarem das abordagens do grupo (Oliveira, 2019).

¹⁵ “Según la cifras, el panorama era prometedor, en 1981 hubo un superávit fiscal de 2.9%, la inflación bajó de tres a dos dígitos (menos del 10%) y la tasa promedio anual de crecimiento económico bordeó el 8%. Las exportaciones totales aumentaron entre tres y cuatro veces, alcanzando una cifra récord en 1980 y las importaciones de bienes de consumo crecieron en 40% como promedio” (BRAVO VARGAS, 2012, p. 99)

; VARGAS, 2012). O acesso a produtos e alimentos estava cada vez mais reduzido e o sofrimento social aumentou significativamente.

A alta taxa de desemprego¹⁶ atingiu principalmente as mulheres, e nesse sentido, Oliveira (2019) conta que entre 1980 e 1984, no ápice da crise, 75% das mulheres estavam inseridas em ações governamentais. Sendo assim, o governo de Pinochet estimulou organizações femininas que atuaram principalmente na Secretaría Nacional de la Mujer e nos Centros de las Madres (CEMAS). Ambas organizações foram criadas antes do golpe militar, mas foram incorporadas pelo governo ditatorial.

A década de 1980 também foi marcada pela politização da população, baseada na mobilização popular e clandestina que se manifestava em protestos organizados e massivos. As Jornadas de protesta – forma como convencionou-se chamar este tipo de mobilização – começaram em 1983 e permaneceram até 1987 e, junto com as centenas novas organizações de base que surgiram, foram essenciais para a intensificação das lutas contra a ditadura.

Woitowicz e Pedro (2009) identificaram que, concomitantemente a isso, também houve uma maior mobilização e visibilidade do movimento feminista chileno, o que pode ser identificado através dos dados do Centro de Estudios Miguel Enriquez, pelo surgimento de diversos grupos feministas no país. Largo (2017) constatou que um dos principais espaços que surgiram nesse contexto foi a Casa de la Mujer La Morada, considerado pela autora como “sede do movimento feminista” (LARGO, 2017, p. 109), que se configurou como:

Um berço de ações e atividades impulsionadas por uma heterogeneidade de mulheres, “feministas e políticas”. Cursos de formação e capacitação, debates, informativos, teatro, programas de rádio etc. somados à participação ativa em manifestações e protestos massivos contra a ditadura, incluída a produção de volantes, telas e panfletos, fizeram parte do viver diário das feministas que participavam (participávamos) na Morada. (Ibdem).

No mesmo ano de formação da Casa de la Mujer la Morada, em 1983, houve a primeira manifestação pública do movimento feminista (LARGO, 2017), na qual se pronunciava “Democracia Agora. Movimento Feminista”, e também houve a primeira participação das chilenas no Encuentro Feminista Latinoamericanos y del Caribe, no qual passaram a comparecer periodicamente. Essas reuniões se tornaram importantes na medida em que

¹⁶ Oliveira utiliza o estudo de Susan Franceschet, “Gender and Citizenship: Democratization and women’s politics in Chile”, de 2002, para nos mostrar que “A partir de 1981, os efeitos das medidas neoliberais tornaram-se mais fortes e, segundo a autora, entre os anos de 1980 e 1984, o desemprego feminino praticamente dobrou, indo de 10.7% para 19%; enquanto o masculino passou de 12.1% para 15,9%”. (OLIVEIRA, 2019, p. 68)

propiciavam a formação de redes latino-americanas como o coletivo Isis International¹⁷, a qual discutia os diversos aspectos da vida das mulheres e dos movimentos feministas.

Além das diversas formas de organizações que surgiram para articular os movimentos de mulheres e feministas nos anos oitenta, ficou conhecido também o lema “Democracia no país e em casa”, cunhado por Julieta Kirkwood¹⁸, que manifestava de forma abrangente as pautas reivindicadas pelos feminismos daquela década. Para Woitowicz e Pedro (2009), o reconhecimento da dupla opressão, visível nessa frase, gerou conflitos na distinção entre “feministas” e “políticas”, ou seja, entre aquelas que defendiam uma forma autônoma de organizar a luta feminista, e aquelas que defendiam a existência de um vínculo com os partidos políticos como meio para a conquista de suas reivindicações. Destaca-se aqui a similaridade com as discussões que estavam acontecendo dentro do movimento feminista brasileiro.

As mobilizações populares que borbulharam na década de 80, causaram a decretação de Estado de sítio, no dia 6 de novembro de 1984, o qual Pinochet justificou proclamando que não iria deixar o Chile voltar ao estado em que se encontrava em 1973. Devido a essa medida, a imprensa e a mídia de oposição foram suspensas durante seis meses; foram invadidas sedes sindicais, políticas e espaços de projetos sociais; mais de 400 pessoas foram encarceradas como presos políticos no campo de Pisagua, outras 5.500 foram presas apenas em novembro desse ano (BRAVO VARGAS, 2012).

Em 1983, formaram-se dois grandes conglomerados de oposição à ditadura: a Alianza Democrática (AD), que defendia uma transição negociada com o governo e era composta por “Derecha Republicana; la Socialdemocracia; los Radicales; la Democracia Cristiana y un sector de los Socialistas” (BRAVO VARGAS, 2012, p. 106); e o Movimiento Democrático Popular (MDP), que era composto pelos movimentos de esquerda que visavam um enfrentamento mais direto ao Estado, entre eles o “Partido Comunista; el Partido Socialista-Almeyda; el

¹⁷ Segundo o seu site, o ISIS começou como um pequeno coletivo feminista criado em 1974, quando mulheres de diferentes países e regiões começaram a se comunicar umas com as outras. Essas mulheres publicavam um boletim para compartilhar informações colhidas sobre grupos locais e sobre o movimento feminista. Elas trabalhavam em suas casas, até que conseguiram montar dois pequenos escritórios em Roma e Genebra. No final dos anos 1970, um grupo de exiladas chilenas, que coordenavam os setores do Isis nos os países que falavam espanhol na América Latina, se juntaram ao escritório que era localizado em Roma. Na década de 1980, o Isis se tornou Isis International ao mesmo tempo em que as exiladas puderam voltar ao Chile, então a seção do grupo que estava localizada em Roma foi realocada para Santiago. Isis International. Disponível em: https://www.isiswomen.org/index.php?option=com_content&view=article&id=29&Itemid=241. Acesso em: 11/11/19.

¹⁸ Julieta Kirkwood é uma das principais personalidades relacionadas ao feminismo Chileno. Foi uma importante articuladora e estudiosa do movimento.

Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR), Movimiento de Acción Popular Unitaria (MAPU)” (ibidem).

Para que houvesse a transição democrática, a lógica de negociação foi imposta por Pinochet: o presidente exigia que os grupos de oposição reconhecessem as leis ditadas pela Constituição elaborada em 1980 (BRAVO VARGAS, 2012) e esperassem o término do seu mandato previsto para 1989. A Alianza Democrática estava disposta a negociar com a ditadura, a partir do reconhecimento do documento. Isso significou abdicar da pauta que tinha unido vários setores de oposição: a exigência de uma Assembleia Constituinte. Como justificativa, foi dito que os protestos haviam perdido sua força inicial, e que agora eram fruto da manipulação de partidos políticos. “La conclusión de los “teóricos de la transición” fue que las protestas fracasaron en la medida que no lograron el objetivo de derrocar a Pinochet y que, en contraste, había triunfado la opción política del diálogo que ellos encabezaban” ¹⁹ (BRAVO VARGAS, 2012, p. 110). Como consequência da negociação praticada pela Alianza Democrática, a transição em direção a democracia chilena foi marcada por um período de silenciamento e esquecimento das lutas sociais o que ficou simbolizado pela ausência de uma Assembleia Constituinte e pela presença de meras reformas na Constituição de 1980, vigente até hoje.

Segundo a Constituição de 1980, pelo menos três meses antes do término do mandato de Pinochet, as autoridades chilenas deveriam indicar um candidato para ocupar o cargo como próximo presidente, através de um plebiscito. A população, nesse momento, poderia votar “Sim” como meio de concordar com o indicado, ou “Não”, como meio de manifestar a discordância. Caso o “Não” vencesse, Pinochet ficaria mais um ano como presidente, e ocorreriam eleições presidenciais e de parlamentares de forma direta.

O candidato indicado pelas autoridades chilenas foi Pinochet, ou seja, o plebiscito foi uma tentativa de alternativa democrática para perpetuação do ditador no poder. Nesse momento, surge a Concertación de Partidos por el No²⁰, uma coalizão de partidos de centro e esquerda que se opunha à manutenção do presidente no poder e exigia novas eleições. Com a derrota de Pinochet nos votos pelo plebiscito, ocorreu eleição. Nela, os partidos que compunham a Concertación indicaram apenas um candidato: Patricio Aylwin.

¹⁹ Em livre tradução: “A conclusão dos “teóricos da transição” foi que os protestos fracassaram na medida em que fracassaram com o objetivo de derrubar Pinochet e que, por outro lado, triunfara a opção política de diálogo que eles estavam liderando”.

²⁰ Passado o período de votação do plebiscito, essa coalizão se tornou a “Concertación de Partidos por la Democracia”, a qual permaneceu na presidência até 2010, com Patricio Aylwin, Eduardo Frei Ruiz-Tagle, Ricardo Lagos e Michelle Bachelet.

O mandato de Aylwin, segundo Navarrete Yáñez (2015), se desenvolveu em um contexto quando era necessário recuperar as instituições democráticas. Nesse período foi priorizada a manutenção de estabilidade por meio do consenso entre diversos atores políticos e sociais. Dessa forma, a “transição acordada” foi caracterizada pela cautela, e pela ausência de mudanças drásticas que pudessem ser percebidas pela população, já que havia um temor de que qualquer erro causasse uma crise de governança política.

Para Navarrete Yáñez (2015), o regime militar visou a redução do trabalho do Estado e a falta de preocupação com a administração pública, o que gerou um déficit operacional das instituições governamentais para o período de transição. Por isso, era necessário recuperar a capacidade operacional dos serviços públicos e modernizar a administração do Estado. Nesse sentido, Aylwin promoveu algumas reformas para fortalecer as instituições democráticas, por meio de reformas políticas e de criação de novas instituições²¹. Dentre as mais importantes no segmento das reformas políticas, estão a criação dos governos regionais, que tinha objetivo a descentralização do poder; e a Reforma do Judiciário, que tinha objetivos de tornar a justiça mais ágil, reduzindo o controle do Supremo Tribunal Federal. No sentido econômico, houve a reforma trabalhista que melhorou as condições dos trabalhadores para as condições contratuais. No aspecto das novas institucionalidades, foram criados novos órgãos para cuidar das questões de política social e de coordenação política, como a Comissão Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), Corporação Nacional para o Desenvolvimento Indígena (CONADI), e o Ministério do Planejamento e Cooperação e o Serviço Nacional da Mulher (SERNAM), na qual a autoridade tinha o cargo de Ministra.

A criação do SERNAM remete aos anos anteriores ao término da ditadura, quando paralelamente a campanha da Concertación, em 1988, surge a Concertación de Mujeres por la Democracia (CMD). Esse grupo visava ocupar os espaços tradicionais partidários para propor ao setor público pautas relacionadas aos direitos das mulheres. Uma dessas demandas era um mecanismo diretamente ligado ao Estado, em nível nacional, que pudesse estabelecer medidas para o alcance de igualdade entre homens e mulheres. O grupo também esteve presente na transição democrática chilena ao articular vários manifestos feministas e produzir o “Documento Demandas de las mujeres a la democracia”, publicado no diário La Época, em 1 de julio de 1988 (DIÁZ RUBIO, 2012).

²¹ As diversas reformas e criações de novas instituições podem ser encontradas em NAVARRETE YÁÑEZ, Bernardo. La modernización del Estado en la transición chilena. El gobierno de Patricio Aylwin (1990-1994). *Revista Enfoques*, [S.l.], v. 6, n. 9, p. 79 - 101, feb. 2015.

Segundo Díaz Rubio (2012), muito cedo a Concertación de Mujeres por la Democracia foi afastada da campanha da Concertación de Partidos por la Democracia, entretanto a ideia de um mecanismo estatal para cuidar dos direitos das mulheres foi acolhida por Aylwin por meio da criação do Servicio Nacional de la Mujer (SERNAM).

O SERNAM foi criado como um órgão sem status de ministério, mas sua diretora recebe também o cargo de ministra. Em entrevista no trabalho de Fransceschet (2003), Soledad Alvear, a primeira diretora do SERNAM, disse que a ideia era criar um mecanismo que não ficasse isolado, podendo permear diversos ministérios. Sendo assim:

The director, the deputy director, and all of the regional directors are appointed by the president (Alvear 1990). SERNAM has a somewhat decentralized structure; along with the national office, it has offices in each of Chile's thirteen regional administrations. SERNAM's staff participates in regional coordinating bodies to insert gendered perspectives into regional development policy planning. (FRANSCSCHET, 2003, p. 21)²²

Entretanto, como ressalta Díaz Rubio (2012), o SERNAM acabou por cuidar das questões das mulheres sob uma orientação familista.

Sería éste, además, el encargado no de ejecutar ni aplicar, sino de coordinar y transversalizar las políticas pensadas para la mujer y su entorno, a la vez que debía “realizar y promover estudios destinados a formular diagnósticos y análisis de la realidad de la mujer y de su grupo familiar; fomentar y proponer medidas tendientes a fortalecer la familia...; impulsar medidas tendientes a dignificar y valorar el trabajo doméstico como un aporte indispensable para el funcionamiento de la familia y la sociedad; fomentar medidas concretas que destaquen el valor fundamental de la maternidad para la sociedad; mantener vínculos de cooperación con organismos nacionales, internacionales y extranjeros...”²³

Díaz Rubio (2012) acrescenta que a criação do SERNAM fez parte de uma gestão política caracterizada por seu papel moderador e, portanto, limitou as potencialidades da instituição para atender as demandas específicas do movimento de mulheres, com a justificativa de que essas poderiam ser malvistas por vários segmentos conservadores da sociedade, gerando

²² Em livre tradução: “O diretor, o vice-diretor e todos os diretores regionais são nomeados pelo presidente (ALVEAR, 1990). O SERNAM possui uma estrutura um tanto descentralizada; junto com o escritório nacional, possui escritórios em cada uma das treze administrações regionais do Chile. A equipe do SERNAM participa de órgãos de coordenação regionais para inserir perspectivas de gênero no planejamento da política de desenvolvimento regional”.

²³ Em livre tradução: “Ele também seria responsável por não executar ou aplicar, mas por coordenar e integrar políticas projetadas para as mulheres e seu entorno, ao mesmo tempo em que “realizava e promovia estudos voltados para a formulação de diagnósticos e análises da realidade das mulheres e de seu grupo familiar; incentivar e propor medidas destinadas a fortalecer a família... promover medidas destinadas a dignificar e valorizar o trabalho doméstico como uma contribuição indispensável ao funcionamento da família e da sociedade; promover medidas concretas que destaquem o valor fundamental da maternidade para a sociedade; manter vínculos de cooperação com organizações nacionais, internacionais e estrangeiras...”.” Documento Demandas de las mujeres a la democracia. Publicado en el diario La Época, el 1 de julio de 1988. (DIÁZ RUBIO, 2012, p. 31)

instabilidade. Nesse sentido, o divórcio e o aborto, por exemplo, não foram discutidos nos anos iniciais de existência do SERNAM (LARGO, 2017).

Os primeiros avanços conquistados pelo SERNAM foram na esfera legislativa. Como advogada, a diretora e ministra Soledad Alvear, considerava importante fazer ajustes legais onde havia discriminações perante as mulheres chilenas (DIÁZ RUBIO, 2012). O primeiro projeto proposto pelo SERNAM, modificou a Lei do Casamento Civil, permitindo que a mulher pudesse participar parcialmente da administração dos bens da família e a ter acesso a uma parte dos bens do marido em caso de separação²⁴. Também tomou iniciativas para melhorar a esfera do trabalho, propondo reformas no Código del Trabajo, no sentido de sugerir mudanças no salário mínimo e na jornada das empregadas domésticas, além da conquista da licença maternidade. Além disso, o SERNAM esteve incluído na promulgação da lei sobre violência doméstica no Chile (1994), promovendo estudos e pesquisas sobre a realidade do país em relação a violência de gênero²⁵.

Ainda sob o comando de Alvear, em 1994, começaram as preparações para a Quarta Conferência Mundial da Mulher da Organização das Nações Unidas, que teve como subtítulo “Ação por igualdade, desenvolvimento e paz”, e aconteceu em Pequim em 1995. Segundo Diáz Rubio (2012), a preparação envolveu diversos setores: a sociedade civil; as ONGs feministas do Grupo Iniciativa; e até o governo, com elaborações de relatórios sobre a realidade das mulheres chilenas, o que proporcionou o retorno de um debate mais intenso sobre o direito das mulheres.

Com base nesses relatórios, foi desenvolvido o primeiro Plano de Igualdade de Oportunidades para as Mulheres 1994-1999 (PIOM), um documento que,

Planteaba acciones concretas contra su discriminación tanto en materia de legislación, familia, participación política, medios de comunicación, trabajo, salud e institucionalidad. En concordancia con su carácter coordinador, el PIOM del

²⁴ “Si bien la iniciativa del SERNAM representaba una alternativa de mayor participación femenina en la administración y repartición de sus bienes y los familiares, la reforma no apuntaba a las desigualdades existentes en la ley de Matrimonio Civil en sí. El proyecto, por ejemplo, no resolvía la problemática del régimen de Sociedad Conyugal, donde el hombre, como jefe de ésta, puede manejar los bienes propios de la mujer, sin que ella tenga la posibilidad de administrar los del marido y donde su única opción de controlar su patrimonio es a través de una orden judicial ante la negativa o ausencia del esposo”. (DIÁZ RUBIO, 2012, p. 45)

²⁵ Diáz Rubio (2012) conta que a questão da violência doméstica foi incluída com dificuldade nos tópicos a serem tratados pelo SERNAM. Também fala que a conquista da lei foi por conta da iniciativa da deputada Adriana Muñoz junto ao trabalho da Rede Chilena Contra Violência Doméstica e Sexual. Além disso, a autora observa que a legislação promulgada não estava de acordo com as demandas dos movimentos sociais, já que não criminalizava o agressor. Também, “Esta fue una legislación que no tipificó el delito –asegura Rojas-; se le consideró que era una simple falta. Se circunscribió la violencia al espacio familiar o doméstico, indiferenciando a las mujeres de los niños, de los adultos mayores, cosa que la Red denunció desde muy luego de promulgada la ley, ya que invisibilizaba en primer lugar a las mujeres; invisibilizaba el hecho de que la violencia contra las mujeres ocurre no sólo en el mundo privado, sino también en el mundo público, y con miles de otras formas”, enfatiza” (DIÁZ RUBIO, 2012, p. 49).

SERNAM instauraba el recorrido que los diversos organismos gubernamentales debían seguir para igualar las condiciones de las mujeres, a la vez que comprometía oficialmente al Estado con la consecución y ratificación de la Cedaw (DIÁZ RUBIO, 2012, p. 54) ²⁶

Apesar do PIOM ter representado uma manifestação de avanço contra discriminação das mulheres em nível institucional, pois incentivava uma perspectiva de gênero no setor público, também reproduzia uma posição tradicional, já que propunha, em grande parte, medidas relacionadas a posição da mulher como base da estrutura familiar, descontentando o movimento feminista.

Ao concentrar-se nas relações familiares, o documento ampliou o conceito de família, apoiando a Lei de Filiación, que propunha terminar com a diferenciação entre filhos nascidos dentro ou fora de matrimônios – o que influenciava diretamente o direito de herança. Dessa forma, a medida foi amplamente rejeitada por setores conservadores, os quais manifestavam suas apreensões diante da integridade da estrutura familiar e do casamento tradicional.

Com o término do mandato de Aylwin, uma nova diretora foi indicada ao SERNAM. Josefina Bilbao já era próxima ao partido Democracia Cristiana e havia trabalhado na Comisión Nacional de la Familia durante o mandato presidencial anterior quando foi designada como ministra por Eduardo Frei Ruiz-Tagle.

O segundo presidente democraticamente eleito após o término da ditadura teve como uma de suas prioridades o desenvolvimento de tratados de comércio internacionais e de uma política diplomática pacífica. Devido a assinatura de acordos econômicos internacionais, alcançou o aumento de exportações e do produto interno bruto, que gerou “a crescente capacidade de poder aquisitivo e a consequente melhoria da qualidade de vida dos cidadãos” (DOS SANTOS; MARQUES, 2017, p. 6).

Durante seu mandato e de Josefina Bilbao, as feministas compareceram na Conferência de Beijing (1995) e o Chile, como estado-parte da ONU, se comprometeu a estabelecer medidas propostas pela Organização no sentido de incorporar a perspectiva de gênero na esfera institucional (DIÁZ RUBIO, 2012). Dessa forma, foram delineadas as primeiras medidas do PIOM. Uma dessas medidas era reduzir o número de gravidez na adolescência, dessa forma, o SERNAM atuou junto ao Ministério da Educação para integrar a

²⁶ Em livre tradução “propuseram ações concretas contra sua discriminação, tanto em termos de legislação, família, participação política, mídia, trabalho, saúde e institucionalidade. De acordo com sua natureza coordenadora, o PIOM do SERNAM estabeleceu o caminho que as várias agências governamentais deveriam seguir para atender às condições das mulheres, enquanto comprometia oficialmente o Estado à conquista e ratificação da Cedaw”.

educação sexual nas escolas por meio das Jornadas de Conversación sobre Afectividad y Sexualidad (Jocas). Esse programa durou até o ano 2000 e dava liberdade para cada comunidade educacional determinar como seriam abordados os assuntos de educação sexual, o que incluía perguntas sobre sexualidade, pílulas anticoncepcionais ou preservativos. Outra conquista durante o mandato de Josefina Bilbao foi a luta ativa pela aprovação do Projeto de Lei de Filiação, em 1998, que havia ficado em processo por cinco anos.

Quando Ricardo Lagos se elegeu como presidente do Chile, em 2000, o contexto mundial estava permeado pelas consequências da crise asiática, que junto a outros fatores, deixou suas marcas no país por meio do desemprego e da diminuição do aumento de salários em relação ao crescimento do Produto Interno Bruto (DIÁZ RUBIO, 2012). Assim, Lagos priorizou a elaboração de programas sociais para tirar as famílias do nível de pobreza e criar serviços de assistência social para a população. Também deu continuidade à reformas liberalizantes que tinham como objetivo aumentar o nível de vida dos chilenos (DOS SANTOS; MARQUES, 2017).

Uma das principais pautas em discussão no SERNAM, nesse momento sob direção de Adriana Delpiano, foi inserir e melhorar as condições e a participação das mulheres no trabalho. Assim, equipe do SERNAM, coordenou programas e políticas para melhorar a posição econômica das mulheres na sociedade, e para isso, dialogou junto a outros mecanismos estatais como a Comisión de empleo y situación laboral, da Secretaría General de la Presidencia, e também “junto a mujeres representantes de la Central Unitaria de Trabajadores (CUT); de los gremios empresariales; mujeres microempresarias, y organismos no gubernamentales vinculados al tema laboral - todos integrantes de la mesa Mujer y Trabajo” (DIÁZ RUBIO, 2012, p. 69). Essa movimentação gerou discussões sobre: a desigualdade nos salários entre homens e mulheres; a feminização de certos empregos; os direitos das donas de casa; o assédio sexual; entre outros. Por conta desse debate, foram promulgadas a lei que estabelece a instalação de creches em empresas e indústrias (Ley No. 19.824) e a lei que tipifica e pune o assédio sexual (Ley No. 20.005).

Outra questão tratada durante o mandato presidencial de Largos, que durou até 2006, foi a lei do divórcio. A equipe do SERNAM considerava importante integrar essa discussão pois consideravam as mulheres como as principais afetadas devido à ausência de jurisdição em relação a isso, que gerava a ausência de compensação financeira no momento da separação. Apesar de ter gerado rejeição pela Igreja Católica e pelos direita, a lei que modificou

o casamento civil e introduziu o divórcio foi aprovada em março de 2004 (DIÁZ RUBIO, 2012).

Em 2003, Delpiana foi encarregada da Subsecretaria de Desenvolvimento Regional e quem assumiu seu cargo foi Cecilia Pérez Díaz. Nessa etapa, o SERNAM uniu forças para a discussão da modificação da Lei da Violência Doméstica, que tinha sido modificada em 2004, mas que, entretanto, continuava com uma concepção limitada sobre o assunto. O novo projeto de lei, de 2005, passou a considerar a violência doméstica como crime (antes considerado apenas como uma falha), aumentou os possíveis violadores para além da família nuclear, e concedeu maiores garantias àquelas que denunciasses (DIÁZ RUBIO, 2012). Além disso, as discussões da época geraram um incentivo para o desenvolvimento de pesquisas, as quais denunciaram a feminização de violência doméstica²⁷.

Durante esse período, o SERNAM também esteve envolvido com a discussão sobre a saúde reprodutiva das mulheres, que estourou devido as proposições feitas por Michelle Bachelet, enquanto ministra da saúde. Os argumentos da futura presidenta iam no sentido de possibilitar atitudes mais autônomas das mulheres diante do seu próprio corpo. Nesse sentido, lutou pela modificação da lei que abordava a esterilização voluntária das mulheres²⁸ e pela legalização do acesso ao Postinol, um medicamento usado em casos de contracepção de emergência.

A ministra Depiana, em sua gestão como diretora, também procurou envolver o SERNAM para que houvesse uma abordagem de gênero no Programa de Melhoria da Gestão (PMG), um plano que visou melhorar o funcionamento do serviço público. Nesse sentido, o SERNAM dialogou com diversas instâncias estatais para que houvesse o desenvolvimento de programas que incorporassem a perspectiva de gênero. Foi criado o Consejo de Ministros por la Igualdad de Oportunidades, “una mesa de trabajo donde cada ministerio, a través del secretario de Estado, debía contribuir a desarrollar programas acordes a su área de trabajo, que incorporaran esta nueva dimensión” (DIÁZ RUBIO, 2012, p, 84)²⁹. Essas atitudes foram

²⁷ Segundo os dados de La Morada, usados no trabalho de Díaz Rubio (2012), em 2003, de um total de 78.948 denúncias de violência doméstica registradas naquele ano, 90,8% foram registradas por mulheres. A percepção que os números geraram, foi da necessidade de propor leis que tivessem uma abordagem de violência de gênero, com o entendimento que isso acontecia além do ambiente doméstico.

²⁸ Aprovada durante a ditadura militar, a lei permitia que a mulher fizesse o procedimento desde que tivesse pelo menos 4 filhos vivos, no mínimo 30 anos, e que tivesse autorização do marido e da equipe médica responsável. (DIÁZ RUBIO, 2012, p. 78)

²⁹ Em livre tradução “uma mesa de trabalho em que cada ministério, por meio da Secretaria de Estado, deveria contribuir para o desenvolvimento de programas na sua área de trabalho, incorporando essa nova dimensão”.

consideradas as primeiras consolidações de uma integração da perspectiva de gênero a nível estatal (DIÁZ RÚBIO, 2012).

Terminado o mandato de Ricardo Lagos, pela primeira vez uma mulher foi eleita para a presidência no Chile. Médica, e ex-ministra da saúde, Bachelet enfrentou diversas crises internas e externas durante o período de seu primeiro governo. Priorizou, como exigência da população que estava em constante manifestação na época, reformas na educação e no transporte público, afim de melhorar a qualidade de vida dos chilenos (DOS SANTOS; MARQUES, 2017).

Uma de suas primeiras medidas, ao assumir o cargo, foi nomear 10 ministros e 10 ministras ao gabinete político, sendo o primeiro gabinete com as mesmas quantidades de homens e de mulheres. Essa paridade foi quebrada logo em 2007, mas mesmo assim continuou a manter o maior número de ministras da história do Chile.

Também em 2007 foi publicada a Agenda de Gênero do governo de Bachelet, um documento com elementos técnicos e políticos que estabeleciam objetivos com perspectivas de gênero a serem priorizados:

Eliminar o reducir la discriminación contra las mujeres; eliminar o reducir las brechas entre hombres y mujeres, pero también aquellas existentes entre mujeres de diferentes entornos sociales, étnicos y geográficos; ampliar los derechos y responsabilidades de las mujeres en lo público, y de los hombres en lo privado; y contribuir al empoderamiento de las mujeres como sujetos sociales, protagonistas del desarrollo de sus familias, la comunidad y la sociedad (DIÁZ RUBIO, 2012, p. 96)

Nesse sentido, o Senam passa a ter um papel de destaque, pois estava encarregado de coordenar as ações em prol do cumprimento do que foi estabelecido na Agenda de Gênero.

Ao analisar as mudanças feitas no período de regência de Bachelet, é possível perceber a priorização da criação de medidas para tornar o papel da mulher como mãe e trabalhadora mais compatível (DIÁZ RUBIO, 2012) ao visualizarmos o cuidado da expansão na rede de creches públicas. Em decorrência disso, a concepção das relações familiares, que atribui responsabilidade do cuidado familiar as mulheres, também foi fortemente discutido. A Reforma da Previdência, de 2008, também trouxe em sua construção uma perspectiva de gênero: implementou a Pensão Básica de Solidariedade, uma contribuição mensal em dinheiro aos setores mais idosos da população, com contribuição econômica também àqueles que nunca haviam trabalhado de maneira remunerada.

Como presidente, Bachelet deu continuidade às discussões sobre os direitos reprodutivos e consolidou o direito ao acesso aos medicamentos de contracepção de emergência. Além disso, em 2010, foi promulgada a Ley sobre Información, Orientación y

Prestación en Materia de Regulación de la Fertilidad, que establece que todos devem receber informações e orientações sobre as diversas formas de regulação de fertilidade sem que haja preconceitos ou discriminações.

Em 2010, o primeiro candidato assumidamente de direita se elegeu no Chile depois da saída de Pinochet. Sebastián Piñera interrompeu boa parte das políticas estatais que estavam sendo implementadas nos governos da Concertación. Nesse sentido, reduziu a distribuição de preservativos e desenvolveu programas de incentivo à maternidade (ALMENDRA, 2019). O enfoque nos direitos humanos perdeu força, assim como a perspectiva de gênero e a luta contra a discriminação da mulher. Ao mesmo tempo, se aprofundou o princípio de liberdade na educação e o papel subsidiário do Estado (ALMENDRA, 2019). Em 2011 o presidente do país também precisou lidar com o estouro das manifestações estudantis que denunciavam a precariedade e a falta de acesso à educação.

Sendo assim, a narrativa construída até esse momento ambicionou entender como foram construídas as relações entre as pautas dos movimentos de mulheres e feministas e os mecanismos institucionais do Estado na democracia do Chile até a criação do Ministerio de la Mujer y la Equidad de Género.

A proposta desse capítulo foi entender como os movimentos feministas e de mulheres, como campos discursivos de atuação, se estenderam verticalmente em direção ao Estado (ALVAREZ, 2014) no Brasil e no Chile. Para isso, verificamos as primeiras movimentações do feminismo de Segunda Onda durante o período ditatorial nesses dois países. No Chile, destaca-se as lutas contra a feminização da pobreza, a violação dos direitos humanos pelo Estado, e a visão da mulher como mãe e esposa, sendo que boa parte dos grupos feministas se organizavam em Organizações Não Governamentais. No Brasil, o movimento feminista surgiu, principalmente, com mulheres que participavam das militâncias de esquerda, ou que tiveram experiências feministas no exílio. Também lutaram contra a feminização da pobreza, sobretudo as mulheres periféricas. Apesar de formarem diversos grupos autônomos, as mulheres participaram intensamente dos partidos de esquerda, principalmente após o término do bipartidarismo. Com a conquista dos períodos democráticos, os dois países desenvolveram organismos estatais para propor políticas públicas para as mulheres. No Brasil, o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres se mobilizou intensamente para o processo da Constituinte de 88 e esteve em confluência com as pautas dos movimentos de mulheres e feministas. No Chile, o SERNAM aparece como uma proposta de modernização do aparato burocrático, para

transversalizar a perspectiva de gênero. Apesar de suas diferenças, ambos foram organismos responsáveis pelas questões das mulheres com a conquista da democracia.

3 SECRETARIAS E MINISTÉRIOS

A luta das mulheres por órgãos institucionais vinculados diretamente ao Estado para conquistar seus direitos, como explica Santos (2006) é um movimento internacional, que ganhou forças principalmente no mundo ocidental, quando o movimento feminista pressionou a ONU para definir 1975 como o ano internacional da mulher, e a partir dele, a década da mulher. Segundo a autora, ao final do ano de 1985, quase todos os países do mundo estavam implementando algum tipo de aparelho estatal que se preocupasse com a questão da mulher.

As Secretarias e Ministérios das mulheres no Brasil e no Chile também foram resultado das lutas das mulheres para que houvesse uma expansão vertical do feminismo como campo discursivo de ação. A criação desses mecanismos faz parte de um contínuo esforço para que as mulheres pudessem atuar a favor de suas pautas em campos tradicionalmente ocupados por homens cisgêneros, heterossexuais e brancos.

3.1 GENDER MAINSTREAM

Planejadas pela Organização das Nações Unidas a partir de 1975 até 1995, as Conferências Mundiais da Mulher tiveram um papel importante no campo de ação e reflexão feminista dos países do Cone Sul, na América Latina. Os encontros, que aconteceram com intervalos de cinco anos, tiveram suas características próprias e ao final de cada um, foram definidas pautas principais para serem trabalhadas em um programa de ação.

A IV Conferência Mundial sobre a Mulher ocorreu em Beijing e teve como tema principal a “Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz”. Um dos resultados dessa conferência foi a constatação de que o conceito de gênero deveria ser uma chave interpretativa para análise da situação da mulher na sociedade.

O conceito de gênero permitiu passar de uma análise da situação da mulher baseada no aspecto biológico para uma compreensão das relações entre homens e mulheres como produto de padrões determinados social e culturalmente, portanto, passíveis de modificação. As relações de gênero, com seu substrato de poder, passam a constituir o centro das preocupações e a chave para a superação dos padrões de desigualdade³⁰.

³⁰ Declaração e Plataforma de Ação de Pequim 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher – Pequim (1995): “Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz”. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/declaracao_pequim1.pdf. Acesso em: 02 dez. 2019.

Composta ao final do evento, a plataforma de ação convocava, também, que os países signatários criassem “mecanismos nacionais para o avanço da mulher e para a coordenação de políticas dos governos” (PAPA, 2012, p. 30). Esses mecanismos deveriam ter como tarefa principal a “incorporação da perspectiva da igualdade de gênero em todas as esferas de política e em todos os níveis de governo” (ONU *apud* PAPA, 2012), ou seja, seria um mecanismo para implementar a transversalidade de gênero nas instâncias políticas, o chamado *gender mainstreaming* – integração da perspectiva de gênero -, nos documentos de língua inglesa.

A criação desses organismos deveria estar nos níveis mais altos do governo e deveria alastrar a perspectiva de gênero em todas as áreas de formulação de políticas e em todas as ações governamentais, não restringindo a luta pela igualdade de gênero à apenas uma área específica (PAPA, 2012).

Como consequência das Conferências da ONU, o conceito de *gender mainstream* chegou em diversos países e pode ser observado nos planos de ações dos mecanismos ligados ao governo que foram criados depois disso. Outro resultado desses encontros, foi a criação de diversas redes de apoio entre os movimentos feministas de diferentes países (PAPA, 2012), gerando a atuação de grupos internacionais no Brasil e no Chile, que são percebidos principalmente por meio da presença das ONGs.

A criação da Secretaria Nacional de Política para as Mulheres e do Ministério de la Mujer y la Equidad de Género ocorrem em dois momentos diferentes (2003 e 2016), mas em contextos nacionais muito parecidos nos quais os presidentes eleitos estavam comprometidos com as demandas dos movimentos sociais e em suas campanhas assumiram compromissos com as pautas feministas.

3.2 A CRIAÇÃO DA SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES NO BRASIL

No contexto brasileiro, a criação da Secretaria foi alcançada com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva. Em 2003, a população escolheu o primeiro candidato de centro-esquerda para presidência do país, quem trazia consigo as promessas de manutenção de estabilidade econômica e respeito aos contratos com o capital estrangeiro (MOTTA, 2016). Lula herdou uma situação econômica difícil: inflação em alta, aumento da dívida pública, elevada taxa de desemprego, etc. Entretanto, como medida combativa, adotou políticas sociais orientadas para

a distribuição de renda, abandonando “a visão privatista dos governos anteriores e recuperado o papel do Estado como agente e planejador econômico” (MOTTA, 2016, posição 8056).

Um dos programas sociais que demonstram essa perspectiva foi o Bolsa Família do recém-criado Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O princípio desse programa era oferecer auxílio social às famílias desde que essas mantivessem os filhos nas escolas, a vacinação e a saúde das crianças em dia. Isso contribuiu pra retirar milhões de pessoas da miséria. Outra medida social foi o aumento real do salário mínimo, com reajustes anuais acima da inflação³¹, que contribuiu para aumentar o mercado consumidor e também para retirar pessoas da situação de miséria (MOTTA, 2016).

Da mesma forma, dentre as políticas sociais implantadas pelo governo do Partido dos Trabalhadores (2003-2016), há o aumento dos sistemas de ensino por meio de: ampliação da rede de escolas técnicas federais, criação de 18 novas universidades federais e proliferação de meios de financiamento para instituições privadas³², que contribuiu para o aumento de estudantes no ensino superior e para o acesso ao mercado de trabalho. Também foi criado a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), que tinha status de ministério e trabalhou para ampliação de cotas raciais para o ensino superior e carreiras do serviço público (MOTTA, 2016).

Combinadas, a expansão econômica e a melhor distribuição de renda geraram processo de ascensão social digno de nota. Estima-se, por exemplo, que cerca de 22 milhões de pessoas deixaram a condição de pobreza extrema, com o grupo considerado mais pobre baixando de 26% para 14% da população em 2010. Ao mesmo tempo, a “classe média” (em uma classificação que considera apenas a renda familiar) aumentou em 25 milhões de pessoas, chegando a representar mais de 50% da população. (MOTTA, 2016, l. 8167)

Assim, a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), que tinha status de ministério, fez parte de uma série de iniciativas por parte do governo para que houvesse uma maior igualdade no quadro social e econômico.

³¹ “Essa política vinha sendo seguida pelo governo FHC, mas se tornou mais ousada nas gestões petistas. O salário mínimo passou de R\$ 200 a R\$ 540 no período Lula, o que significou um aumento real (descontadas as perdas inflacionárias) de aproximadamente 70% segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese)” (MOTTA, 2016, posição 8111)

³² “Em primeiro lugar ampliou um programa criado no governo FHC, o Fies (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior), que com recursos dos bancos federais financiava o pagamento de mensalidades em faculdades privadas, gerando a obrigação do aluno de quitar o débito após o término do curso. Em 2014, cerca de 25% dos estudantes das faculdades privadas recebiam auxílio do Fies. Mas a gestão petista também criou um programa novo para financiar o estudo em faculdades privadas, o Prouni (Programa Universidade para Todos). Trata-se de um programa de bolsas para estudantes de baixa renda que, a depender da situação familiar, recebem 100% ou 50% de financiamento do custo da faculdade. Entre 2005 e 2012 o Prouni atendeu mais de 1 milhão de estudantes, segundo dados do Ministério da Educação”. (MOTTA, 2016, posição 8133)

É importante ressaltar, segundo Papa (2012), que a construção de organismos voltados para criação de políticas públicas para mulheres faz parte também das disputas de diferentes projetos políticos em curso no país, não apenas do contexto internacional. Antes da SPM, os organismos dedicados às questões das mulheres foram criados no modelo de conselhos da mulher principalmente nos governos do PMDB, que no âmbito federal se consolidou por meio do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, como já foi tratado no primeiro capítulo. Nesse modelo, eram elaboradas “recomendações para a ação do governo, sem autonomia para que todas as deliberações fossem realizadas” (PAPA, 2012, p. 33), além disso, o CNDM acabou por ser interpretado como uma instância de representação da sociedade civil dentro do Estado, e não como uma instância governamental específica para desenvolver políticas públicas para as mulheres (PAPA, 2012).

Entretanto, com as eleições dos governos do PT a partir de 1989, tem-se a origem de outro modelo de organismo para as questões das mulheres, os quais existiam exclusivamente “para a formulação de políticas para as mulheres no âmbito do Poder Executivo” (PAPA, 2012, p. 32). Ou seja, existiam como uma instância governamental, “com uma equipe técnica permanente, orçamento próprio para financiar suas iniciativas e mandato para participar da elaboração das prioridades do governo perante outras secretarias” (Ibidem). Nesse sentido, quando Lula é eleito, leva as práticas anteriores do partido ao âmbito federal.

De acordo com Delgado (*apud* PAPA, 2012), a secretaria das mulheres com status de ministério é apresentada em documentos oficiais desde 1993 e estava no programa de governo do presidente Lula quando eleito em 2002. Sendo assim, em 2003 é criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), ligada à Presidência da República, por meio da lei nº 10683:

Art. 22. À Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres compete assessorar direta e imediatamente o Presidente da República na formulação, coordenação e articulação de políticas para as mulheres, bem como elaborar e implementar campanhas educativas e antidiscriminatórias de caráter nacional, elaborar o planejamento de gênero que contribua na ação do governo federal e demais esferas de governo, com vistas na promoção da igualdade, articular, promover e executar programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para as mulheres, promover o acompanhamento da implementação de legislação de ação afirmativa e definição de ações públicas que visem ao cumprimento dos acordos, convenções e planos de ação assinados pelo Brasil, nos aspectos relativos à igualdade entre mulheres e homens e de combate à discriminação, tendo como estrutura básica o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, o Gabinete e até três Subsecretarias (BRASIL, 2003).

Para atuar como um organismo que coordena políticas com perspectiva de gênero em todas as instâncias do Estado, as gestoras da SPM, sob a direção de Nilceia Freire³³, optaram como estratégia desenvolver os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (PNPM), que, para Madureira (2018), constitui a principal ferramenta de gestão da Secretaria. Esses Planos, formalizados em Decretos em 2005³⁴, 2008³⁵ e 2013³⁶ contaram com a participação da sociedade civil, de grupos e ONGs feministas, e dos movimentos de mulheres por meio das I, II, III e IIII Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres, que foram realizadas em 2004, 2007, 2011 e 2016 e ocorreram nos âmbitos municipais, estaduais e nacionais. As Conferências são centrais para a discussão e criação das políticas públicas a serem instituídas em diferentes áreas do Estado, já que o processo participativo permite a inclusão de uma maior diversidade de pautas feministas, no sentido de contar com a presença de uma grande variedade de mulheres de diferentes grupos, como: “de mulheres quilombolas, do campo e da floresta, ciganas, mulheres com deficiência, mulheres indígenas, ribeirinhas, mulheres trans, entre outras” (DE FINA GONZALEZ, 2019, p. 77).

Os processos participativos geram os PNPMs que são documentos responsáveis por indicar as políticas e linhas de ação para a promoção da igualdade de gênero a serem seguidas pela SPM (SPM, 2005).

³³ Nilceia Freire dirigiu a SPM de 2004 a 2011. Sua antecessora foi Emília Fernandes, que ocupou o cargo entre 2003 e 2004.

³⁴ “Aprovado pelo Decreto nº 5.390, de 8 de março de 2005, tinha apenas cinco objetivos: 1. autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania; 2. educação inclusiva e não sexista; 3. saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; 4. enfrentamento à violência contra as mulheres; e 5. gestão monitoramento do Plano”. (MADUREIRA, 2018, p. 23)

³⁵ “Em 2008, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva editou o Decreto nº 6.387, de 5 de março de 2008, que aprova o II PNPM, do qual constavam dez eixos de atuação (excluindo-se a gestão e o monitoramento do Plano): 1. autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho, com inclusão social; 2. educação inclusiva, não sexista, não-racista, não-homofóbica e não-lesbofóbica; 3. saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; 4. enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres; 5. participação das mulheres nos espaços de poder e decisão; 6. desenvolvimento sustentável no meio rural, na cidade e na floresta, com garantia de justiça ambiental, soberania e segurança alimentar; 7. Direito à terra, moradia digna e infraestrutura social nos meios rural e urbano, considerando as comunidades tradicionais; 8. Cultura, comunicação e mídia igualitárias, democráticas e não discriminatórias. 9. Enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia. 10. Enfrentamento das desigualdades geracionais que atingem as mulheres, com especial atenção às jovens e idosas”. (MADUREIRA, 2018, p. 24)

³⁶ Editado pela SPM em 2013, o PNPM 2013-2015 se organiza em torno dos seguintes eixos: 1. igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica; 2. educação para igualdade e cidadania; 3. saúde integral das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; 4. enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres; 5. fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão; 6. desenvolvimento sustentável com igualdade econômica e social; 7. direito à terra com igualdade para as mulheres do campo e da floresta; 8. cultura, esporte, comunicação e mídia; 9. enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia; e 10. igualdade para as mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência. Cada um dos eixos conta com objetivos gerais e específicos, metas, linhas de ação e ações. (MADUREIRA, 2018, p. 24-25)

Dentre as principais conquistas da SPM está a promulgação da Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2006), em vigência desde 22 de setembro de 2006, que “instaurou, no cenário político e jurídico nacional, mecanismos para coibir e prevenir a violência contra as mulheres em situação familiar e em relações afetivas, em todas as suas expressões e em qualquer contexto socioeconômico” (MINECUCCI, 2015, p. 328). Nesse sentido, também foi ampliada a rede de atendimento às mulheres em situação de violência, por meio da Política e do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, que possuem vários serviços especializados e instituições (MINECUCCI, 2015), incluindo o Disque 180, criado em 2003, que funcionou como um canal de denúncias e designação a outros serviços. Nesta área também foi aprovada a Lei do Feminicídio (lei 13.104/15), em 2015, devido aos altos índices de violência contra a mulher no Brasil, principalmente de estupro. Foi considerada importante na medida em que tipificou os homicídios praticados contra as mulheres pela perspectiva da discriminação de gênero. São considerados tipos de feminicídios a violência doméstica ou familiar ou quando o crime ocorre como manifestação da objetificação da mulher e da discriminação de gênero. Quando os homicídios são identificados na categoria de feminicídio, as penas são maiores do que a de um homicídio simples. O programa Mulher Viver Sem Violência, foi lançado em 2013, cujas ações incluem as Casas da Mulher Brasileira, um local de atendimento especializado as vítimas de violência, que “possui ações de acolhimento, escuta qualificada e transferência da mulher para os serviços necessários” (MARTINS, 2019, p. 2).

Já na área da saúde, um anteprojeto de lei foi apresentado por Nilceia Freire, a então ministra da SPM, em setembro de 2005, na Comissão de Seguridade da Câmara, que propôs a descriminalização do aborto até a 12ª semana de gestação, e em caso de que a gravidez seja resultado de violência, até a 20ª semana. Essa proposta foi construída como efeito das demandas dos movimentos feministas, os quais exigem autonomia da mulher sobre seu próprio corpo. Entretanto, a proposta não conseguiu adentrar em espaços estatais, devido à falta de apoio das autoridades políticas, a marginalidade da SPM na estrutura estatal, e as forças conservadoras que ocupam o setor público (DE FINA GONZALEZ, 2019) ³⁷.

No setor econômico, em 2005, foi desenvolvido o Pró-Equidade de Gênero e Raça, um programa de adesão voluntária, direcionado a empresas públicas e privadas de médio e grande porte. Este programa visava modificar a cultura organizacional das empresas, na

³⁷ Até a data de desenvolvimento do trabalho, o aborto é permitido no Brasil nos casos de quando a gravidez é um risco de vida a mulher, quando a gestação é resultante de estupro, e quando o feto é anencefálico.

maneira como tratam seus negócios, políticas e força de trabalho, por meio de incentivos a práticas de igualdade de gênero e raça, como um instrumento de gestão³⁸.

A SPM também manteve sua atenção no desenvolvimento de políticas para as mulheres rurais. Em parceria com a Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais (DPMR) do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), instituíram o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (2004); visaram desenvolver programas de incentivo ao crédito produtivo, dando acesso ao financiamento para mulher agricultora; também desenvolveram planos de fortalecimento da economia solidária protagonizadas pelas mulheres. Além disso, a SPM também esteve em projetos junto ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, criado em 2011, oferecendo cursos gratuitamente para agricultora familiar.

A Proposta de Emenda à Constituição n. 66/2012, conhecida como PEC das Domésticas, está entre as principais medidas conquistadas pela SPM. Por meio da Emenda Constitucional n. 72/2013, foram ampliados direitos das trabalhadoras domésticas que não eram reconhecidas pela legislação trabalhista. A partir desse momento, as empregadas domésticas passaram a ter direito ao seguro desemprego, ao fundo de garantia do tempo de serviço, a garantia do salário mínimo, ao décimo terceiro salário, a remuneração ao salário noturno, repouso semanal remunerado, férias anuais remuneradas, licença a gestante, licença paternidade, aposentadoria, entre outras³⁹.

Em 2008 foi lançada a campanha “Mais Mulheres no Poder: eu assumo este compromisso” pelo Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos e pelo CNDM, com apoio da SPM. Foram desenvolvidas edições dessa campanha em 2010, 2012, 2014 e 2016, sendo que nesse último ano foi produzida a Plataforma Mais Mulheres no Poder, como fruto dos PNPMs, a qual tinha como objetivo fornecer apoio às candidaturas femininas nas eleições municipais de 2016. A Plataforma conscientizava os cidadãos de que as mulheres precisam estar nos espaços de poder para construir um sistema político democrático, e sendo assim, para desenvolver políticas públicas em âmbitos municipais. Além disso, organizava eixos para o desenvolvimento dos programas das candidatas às eleições, são eles: igualdade no

³⁸ Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/mulher-e-trabalho/programa-pro-equidade-de-genero-e-raca/6a-edicao/leia-mais>. Acesso em: 09 dez. 2019

³⁹ BRASIL. Emenda Constitucional nº 72/2013. Alterou o regramento jurídico do trabalho doméstico. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/25511/emenda-constitucional-n-72-2013-primeiras-impressoes>. Acesso em: 09 dez. 2019.

mundo do trabalho e autonomia econômica; educação para igualdade e cidadania; saúde integral das mulheres, direitos sexuais e reprodutivos; enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres; fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão; desenvolvimento sustentável com igualdade econômica e social; direito à terra com igualdade para as mulheres do campo e da floresta; cultura, esporte, comunicação e mídia; enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia; e igualdade para as mulheres jovens, idosas e com deficiência⁴⁰.

Em 2005, foi lançado o Programa Mulher e Ciência, elaborado pela SPM e pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), e participação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação (Capes/MEC), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Ministério da Ciência e Tecnologia (CNPq/MCT), e do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher. Tinha como objetivo “estimular a produção científica e a reflexão acerca das relações de gênero, mulheres e feminismos no país e promover a participação das mulheres no campo das ciências e carreiras acadêmicas”⁴¹. Tornou-se um edital bianual de pesquisa na temática: Relações de Gênero, Mulheres e Feminismos, que aconteceu também em 2008, 2010 e 2012; concursos nacionais de redações e monografias denominado “Construindo a Igualdade de Gênero”, os quais tiveram 11 edições até 2017 e distribuíram prêmios; encontros trianuais de núcleos e grupos de pesquisa, denominados “Pensando Gênero e Ciência”, que tiveram três edições até 2013.

Entre os frutos do programa Mulher e Ciência também estão o “Pioneiras da Ciência no Brasil”, uma série de verbetes sobre a história e a memória de várias cientistas e pesquisadoras brasileiras, que foram publicadas no site do CNPq; e o “Jovens Pesquisadoras”, outra série de verbetes que teve como objetivo dar visibilidade às trajetórias profissionais de bolsistas de Produtividade em Pesquisa nível 1 do CNPq e impulsionar a carreira das mulheres através do exemplo de suas realizações no campo científico. Além disso, a SPM em acordos com o CNPq e a CAPES financiou diversos eventos e produções acadêmicas para a discussão sobre igualdade de gênero, incluindo cartilhas para educação básica e para o público amplo.

A SPM ganhou status de ministério somente a partir de 2011, e a partir desse momento foram garantidas “estruturas como a contratação de funcionárias próprias via concurso público,

⁴⁰Secretaria de Política para as Mulheres – Bahia. Disponível em: http://www.mulheres.ba.gov.br/arquivos/File/Publicacoes/Plataforma_MaisMulheresnoPoder_2016.pdf. Acesso em: 09 dez. 2019.

⁴¹Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Disponível em: <http://memoria.cnpq.br/historico1>. Acesso em: 09 dez. 2019.

maior orçamento e inclusão do PNPM no Plano Plurianual (PPA) do governo” (DE FINA GONZALEZ, 2019, p. 136). Em 2012, foram feitas novas alterações nas estruturas e nos cargos que favoreceram o seu fortalecimento institucional junto ao governo federal, e em 2013, “a SPM contava com três secretarias temáticas: enfrentamento à violência; trabalho e autonomia econômica; e articulação institucional e ações temáticas, além da Secretaria executiva e do gabinete, ligados diretamente à ministra” (DE FINA GONZALEZ, 2019, p. 70).

Entretanto, em 2015 foi integrada ao ministério de Igualdade Racial e Direitos Humanos, durante o governo de Dilma Rousseff; em 2016, durante o governo de Michel Temer com o mais baixo nível hierárquico foi definida como uma secretaria ligada ao Ministério da Justiça e Cidadania; em 2018, permaneceu com a atuação reduzida, sendo vinculada ao Ministério dos Direitos Humanos; e em 2019, durante o governo de Jair Bolsonaro, foi alocada para o novo “Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, dirigido por uma pastora evangélica que possui um histórico notável de declarações e opiniões diametralmente contraditórias às perspectivas de igualdade de gênero, direitos e autonomia das mulheres” (Ibidem).

3.3 A CRIAÇÃO DO MINISTERIO DE LAS MUJERES Y LA EQUIDAD DE GÉNERO NO CHILE

Em 2014 Bachelet se reelegeu como presidenta do Chile liderando uma nova coalizão de centro-esquerda, a Nueva Mayoría, após ter sido a primeira pessoa encarregada da ONU Mulheres. A volta da candidata integrante do Partido Socialista, trouxe consigo a proposta de uma Agenda de Gênero para o país, na qual foram apresentadas diversas medidas:

A criação de um Ministério de la Mujer y la Equidad de Género; a promoção da Ley de derechos sexuales y reproductivos, que inclui o projeto de despenalização do aborto terapêutico; a reinstalação do Consejo de Ministros; o fortalecimento das Oficinas Municipales com o objetivo de atender melhor às demandas e realidades locais; a implementação de um Sistema Nacional de Cuidados; a modificação e efetivação da lei de igualdade de remuneração e a reforma da sociedade conjugal. Além disso, prevê a criação de um Fundo para a Equidade de Gênero direcionado a financiar projetos que fortaleçam a associatividade e liderança entre as mulheres (DE FINA GONZALEZ, 2019, p. 102-103)

Como mencionado anteriormente, o organismo estatal encarregado das questões de gênero até o momento era o Sernam, que havia sido criado junto com as propostas de democratização do país, no governo de Patricio Aylwin. Apesar de ter conseguido efetivar diversas conquistas no que diz respeito aos direitos das mulheres, o Sernam possuía “reduzidos

recursos e capacidade propositiva” (DE FINA GONZALEZ, 2019, p. 134), também não atuava em níveis provinciais, apenas estatal e regional, o que dificultava o alcance de medidas em níveis mais específicos. Em um país neoliberal, centralizado e institucionalizado, o diálogo do Sernam com os movimentos sociais também foi endurecido, e sua relação com o movimento feminista foi feita quase exclusivamente por meio de consultorias oferecidas por especialistas e intelectuais que trabalhavam em ONGs.

Nesse contexto, houve a criação de uma nova institucionalidade por meio do Ministério de la Mujer y la Equidad de Género que iniciou suas atividades em 2016 e surgiu como um meio para garantir um maior diálogo entre os ministérios, possibilitando a efetivação da transversalização da perspectiva de gênero. O SERNAM passou a ser chamado de SERNAMEG (Servicio Nacional de la Mujer y la Equidad de Género) e começou a ser responsável pela execução de políticas voltadas para as mulheres e para igualdade de gênero. Dentre as funções do Ministério, estava a de traçar planos, coordenar e avaliar políticas para promover a equidade de gênero; promover e resguardar os direitos das mulheres para erradicar a violência contra as mulheres em todas as suas formas e lugares onde se produza; incentivar a participação das mulheres nos espaços de decisão política, social e econômica; impulsionar a corresponsabilidade na parentalidade da criação das filhas e filhos, publicar relatórios sobre a situação das mulheres e equidade de gênero (DE FINA GONZALEZ, 2019).

Para De Fina Gonzalez (2019), é importante ressaltar que a primeira diretora do Ministério foi Claudia Pascual Grau, militante do Partido Comunista, que impulsionou campanhas progressistas para obtenção dos direitos das mulheres em áreas de difícil consenso, como a despenalização do aborto. Uma das principais propostas do plano de governo de Bachelet para a agenda de gênero, como mencionado anteriormente, foi a “a promoção da Ley de derechos sexuales y reproductivos, que inclui o projeto de despenalização do aborto terapêutico” (DE FINA GONZALEZ, 2019, p. 102). Esse projeto de lei foi apresentado em 2015 e foi uma das principais bandeiras do Ministério e do SERNAMEG durante o mandato da presidenta. Pretende despenalizar o aborto em três casos: risco de vida para a mulher, inviabilidade do feto por anencefalia e estupro. Foi aprovada definitivamente em 2017.

No sentido de fortalecer a autonomia das mulheres e jovens, o Ministério lançou em 2015 o Programa Buen Vivir de la Sexualidad y la Reprodución, o qual forneceu ferramentas para que esse público pudesse exercer plenamente a sua sexualidade e reprodução. O programa capacitou profissionais, por meio de oficinas, palestras e conferencias educacionais que

giravam em torno dos eixos: sexualidade e gênero; reprodução e gênero; autoestima, corpo e cuidado; tomada de decisões, prevenção e gênero; direitos humanos.

Em 2015, houve uma série de transformações nas regulamentações sobre os partidos políticos, campanhas e o sistema eleitoral no Chile.

As reformas aumentaram as contribuições ou subsídios do Estado a partidos e campanhas; proibiram as doações de empresas a campanhas políticas; reduziram os limites permitidos para despesas de campanha e estabeleceram limites mais estritos para as doações de pessoas físicas; restringiram os espaços para a publicidade de campanha; geraram maior transparência sobre as contribuições a partidos e campanhas; reforçaram o papel do Serviço Eleitoral na fiscalização dessas normas; e estabeleceram sanções mais estritas às violações da lei. (FUENTES, 2017, p. 3)

Por meio da Ley 20.840 que “Substitui o sistema eleitoral binominal por um de caráter proporcional inclusivo e fortalece a representatividade do congresso nacional”, é instituído que

De la totalidad de declaraciones de candidaturas a diputado o senador declaradas por los partidos políticos, hayan o no pactado, ni los candidatos hombres ni las candidatas mujeres podrán superar el sesenta por ciento del total respectivo. Este porcentaje será obligatorio y se calculará con independencia de la forma de nominación de las candidaturas. La infracción de lo señalado precedentemente acarreará el rechazo de todas las candidaturas declaradas a diputados o a senadores, según corresponda, del partido que no haya cumplido con este requisito⁴².

Assim, foi promulgada uma “lei de cotas” para candidaturas de senadoras e deputadas no Chile, uma medida importante que visa compensar a falta das mulheres em espaços de poder no setor público. Outra medida para incentivar a participação política das mulheres foi a criação do Programa Mujer Ciudadanía y Participación, que conduz escolas de liderança para mulher, além de oficinas sobre a promoção de direitos e exercício da cidadania com uma perspectiva de gênero. Essa medida busca aumentar a participação das mulheres nos espaços de tomada de decisão nos níveis local, regional e nacional⁴³.

O Ministério de la Mujer y la Equidad e Género também deu continuidade e intensificou o alcance do programa “Mujer Jefa de Hogar”, o qual, gratuitamente, pretendeu capacitar as mulheres donas e casa e chefes de família para o mercado de trabalho, promovendo

⁴² "De todas as declarações de candidaturas a deputado ou senador declaradas pelos partidos políticos, tenham ou não concordado, ou candidatos masculinos ou femininos podem exceder sessenta por cento do total respectivo. Essa porcentagem será obrigatória e será calculada independentemente da forma de indicação das indicações. A infração do mencionado acima resultará na rejeição de todas as candidaturas declaradas aos deputados ou senadores, conforme o caso, do partido que não cumpriu esse requisito”. CHILE. Lei nº 20.840, de 5 de maio de 2015. Sustituye el sistema electoral binominal por uno de carácter proporcional inclusivo y fortalece la representatividade del congreso nacional. Disponível em:

<https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=1077039>. Acessada em: 10/12/2019.

⁴³ Banco Integrado de Programas Sociales. Programa Mujer Ciudadanía y Participación. Disponível em: <https://programassociales.ministeriodesarrollosocial.gob.cl/programas/60664/2019/3>. Acessado em 10/12/19.

sua autonomia. O programa ofereceu workshops sobre direitos trabalhistas e sobre como melhorar a empregabilidade, além de promover meios de intermediação de mão de obra e encaminhamento a outros apoios estatais, podendo optar receber nivelamento de estudos, assistência no cuidado de crianças, alfabetização digital ou atendimento odontológico. Dessa forma, o objetivo do programa é dar segurança social e estabilidade econômica para mulheres que tem responsabilidades familiares por meio do acesso ao trabalho assalariado⁴⁴.

No sentido de facilitar o acesso das mulheres mães ao mercado de trabalho, o Ministério e o Sernm também intensificaram as ações do Programa 4 A 7. Esse programa pretende diminuir as dificuldades das mulheres pobres que são responsáveis por seus filhos, fornecendo espaços para de cuidado das crianças durante a jornada de trabalho e após a jornada escolar. As crianças contam com apoio pedagógico, atividades recreativas, esportivas, sociais, artísticas e culturais, para compensar a ausência de um adulto que precisa ter uma jornada maior por conta da sua situação econômica, ou que está buscando profissionalização e melhorar seus estudos⁴⁵.

Para garantir a profissionalização das mulheres, foi lançado em 2015 o Programa Mujer Asociatividad y Emprendimiento, o qual busca desenvolver habilidades na área de empreendedorismo, por meio de treinamento empresarial⁴⁶. Essa ideia surge nos organismos estatais como um meio para resolver o problema do desemprego, e por isso entendem que devem dar as ferramentas e possibilidades para que as mulheres possam desenvolver suas ideias de empreendimento.

As conquistas dos organismos estatais também foram acompanhadas por mulheres que lutam por seus direitos fora dos meios institucionais. No Chile, os protestos de caráter feministas foram e continuam sendo os meios de destaque para a manifestação da insatisfação da população com o aparato político estatal, tendo, para De Fina Gonzalez (*apud* LAMADRID, 2019) destaque: a mobilização por aborto livre, seguro e gratuito, em 25 de julho de 2013; as manifestações contra a violência às mulheres, em 2015; e “por fim, em 2016 e 2017, quando o tema do aborto volta a ser central nas marchas feministas, estimulado pela tramitação do projeto

⁴⁴ Site do Banco Integrado de Programas Sociales, página sobre o Programa Jefas de Hogar. Disponível em: <https://programassociales.ministeriodesarrollosocial.gob.cl/programas/59481/2019/3>. Acesso em: 10 dez. 2019.

⁴⁵ Site do Banco Integrado de Programas Sociales, página sobre o Programa 4 a 7. Disponível em: <https://programassociales.ministeriodesarrollosocial.gob.cl/programas/60679/2019/3>. Acesso em: 10 dez. 2019

⁴⁶ Site do Banco Integrado de Programas Sociales, página sobre o Programa Mujer Asociatividad y Emprendimiento. Disponível em: <https://programassociales.ministeriodesarrollosocial.gob.cl/programas/60661/2019/3>. Acesso em: 10 dez. 2019.

de lei que despenaliza o aborto em três causas” (DE FINA GONZALEZ, 2019, p. 114). A autora também destaca os movimentos dos estudantes secundaristas.

3.4 ANÁLISE COMPARATIVA

Foi possível demonstrar no desenvolvimento do trabalho que um organismo para desenvolver políticas para as mulheres e para equidade de gênero ligado ao Estado foi um anseio do movimento feminista e de mulheres no Brasil e no Chile desde suas transições democráticas. Por meio da análise comparativa entre esses dois países, com alicerce na bibliografia existente, foi possível considerar algumas aproximações e distanciamentos entre as experiências dos dois países.

A criação das Secretarias e Ministérios das Mulheres ocorreram nos governos do presidente Lula, no Brasil e Bachelet, no Chile. Ambos candidatos vieram de partidos de esquerda e tiveram governos de centro-esquerda, nos quais propuseram ampliar os mecanismos institucionais do Estado para planejar um maior desenvolvimento social e econômico da população. Considera-se, portanto, que tiveram interesse com as causas das mulheres e da equidade de gênero.

No Chile, tanto o SERNAM, de 1991, quanto o novo Ministério de la Mujer y la Equidad de Género, de 2016, segundo De Fina Gonzalez (2019), possuíram uma trajetória de estabilidade enquanto mecanismos do Estado, sem que tenham tido bruscas interrupções em seus orçamentos. Já a Secretaria Nacional de Política para as Mulheres, como mencionado anteriormente, desde 2015, foi realocada entre ministérios e sofreu cortes no orçamento conforme o grupo político que governou o Estado. Nesse sentido, pode-se considerar que no Brasil, o organismo de política para as mulheres foi muito mais instável e frágil institucionalmente, já que a estrutura, o orçamento e o status que recebem esses mecanismos, são essenciais para que sua função de transversalizar a perspectiva de gênero ocorra.

Existe também a falta de um organismo no Brasil que obrigue que a perspectiva de gênero seja adotada por outros ministérios. Essa ausência fez com que a adoção dessa perspectiva tenha sido negociada pela diretora/ministra da SPM com outros ministérios, condicionando a possibilidade de transversalidade de gênero às relações político-pessoais e à disposição de cada ministro. Já no Chile, a arquitetura institucional foi mais formalizada e estável, sendo a transversalização definida por decretos e leis, que comprometeram as autoridades com a produção de relatórios e planos de ação assumidos setorialmente (DE FINA

GONZALEZ, 2019). Entretanto, a obrigação desses planos e relatórios não geraram, necessariamente, uma reflexão sobre como esses dados puderam ser usados na reestruturação das políticas. De Fina Gonzalez (2019) considera que o caso chileno nos permite concluir que a presença de uma estrutura institucional formalizada para a transversalidade da perspectiva de gênero não representa necessariamente a melhoria na qualidade das políticas para as mulheres, mas sim “um elemento de modernização do Estado requerido por organizações internacionais” (DE FINA GONZALEZ, 2019, p. 142). Já a experiência brasileira demonstra como a fragilidade dessas estruturas muitas vezes impossibilita o seu trabalho, devido à falta de articulação com outros ministérios.

A partir dessa análise, também foi preciso refletir sobre qual é a perspectiva de gênero que está sendo pensada nesses organismos, ou seja, qual é a perspectiva de gênero das pessoas que ocupam cargos nesses ministérios e se elas possibilitaram um trânsito de ideias feministas. Em sua pesquisa, De Fina Gonzalez (2019) constatou que no Brasil a maior parte das mulheres que ocuparam cargos na SPM estavam ligadas a militância partidária e muitas delas também se identificavam como feministas ou eram reconhecidas pelos movimentos sociais e de mulheres por suas perspectivas alinhadas com as pautas feministas. Já o SERNAM, agora ministério, inserido no contexto chileno marcado por uma centralização estatal, por uma institucionalidade e formalidade mais rígida, possuiu poucas gestoras ativistas feministas e também pouco conseguiu dialogar com o movimento feminista – a não ser por meio de prestação de serviços das ONGs e da academia (DE FINA GONZALEZ, 2019).

A permeabilidade do feminismo nos organismos estatais de equidade de gênero pode ter sido facilitada ou não pela maneira como eles foram estruturados, o que guiou também quais foram os conteúdos das políticas propostas. De Fina Gonzalez (2019) identifica que no Brasil a atuação da SPM é mais próxima dos movimentos sociais, enquanto no Chile, o SERNAM e o Ministério são mais profissionalizados e institucionalizados.

Essa aproximação da SPM com os movimentos sociais ocorreu por meio dos processos participativos de “reuniões entre Conselho e Secretaria, organização e preparação de Conferências municipais, estaduais e nacionais, sistematização das propostas na construção do PNPM e monitoramento das ações, entre outros” (DE FINA GONZALEZ, 2019, p. 147), sendo que eles foram o ponto inicial para que as discussões passassem a circular nos ambientes burocráticos. Ou seja, no Brasil, a relação entre os movimentos sociais e o Estado foi fundamental para o processo de construção de políticas para as mulheres, entretanto as pautas e propostas de ação feministas foram incluídas nas agendas dos governos de forma marginal

devido a uma institucionalidade que não garantiu suas concretizações. No caso do Chile, “percebe-se que os processos de construção de políticas para as mulheres ao longo destas décadas foram invariavelmente pensados no âmbito político institucional” (DE FINA GONZALEZ, 2019, p. 148), não contou com a participação dos movimentos sociais, mas sim com interações pontuais com o movimento feminista por meio de prestações de serviços ofertados pelas ONGs. A transversalização da perspectiva de gênero partiu, acima de tudo, de uma necessidade institucional, de vias formais, fruto de um programa de governo influenciado pela agenda internacional e pela primeira pessoa a presidir a ONU-mulheres.

Além da participação dos movimentos de mulheres e feministas para a construção de políticas para equidade de gênero, o papel dos movimentos sociais também é importante no sentido de pressionar a implementação das medidas por parte dos organismos. Por meio de entrevistas com ex-ministras, De Fina Gonzalez (2019) constatou que, no Brasil, essa pressão tem sido feita principalmente para incluir as demandas dos movimentos de mulheres negras e das mulheres rurais, já que os organismos também são campos de reprodução de privilégios e desigualdades entre as mulheres e por isso, podem produzir medidas que invisibilizam as diferenças e excluem determinados grupos do acesso a essas políticas.

Dentro do âmbito da participação sociedade civil nas Secretarias e Ministérios, uma aproximação entre as experiências do Brasil e do Chile, é que ambos tiveram relações de parcerias com ONGs e núcleos acadêmicos feministas, as quais são construídas por estratégias de advocacy, ou seja, esses grupos aconselham e debatem as criações de políticas públicas e como elas devem ser instauradas (DE FINA GONZALEZ, 2019).

Com essas constatações, é possível perceber que os organismos possuem maneiras diferentes de definir as agendas para transversalidade de gênero, assim como se diferenciam na maneira de executá-las e nos seus aparatos burocráticos. Como verificou De Fina Gonzalez (2019):

A análise demonstra que uma maior interação entre feminismos e Estado, percebida no Brasil, logra inserir demandas dos movimentos na arena estatal; porém, neste contexto, carece de ferramentas institucionais para levar a cabo a concretização das propostas em ações. No Chile, por sua vez, evidenciam-se relações pontuais entre feminismos e Estado, de caráter fortemente institucional, que produzem relatórios e propostas dentro de uma lógica tecnocrática; enquadradas por/nesta política formal, a promoção de direitos das mulheres aparece como agenda de governo e, portanto, ganha força ao estabelecer estratégias e compromissos políticos para que sejam cumpridas, sempre de forma limitada. (DE FINA GONZALEZ, 2019, P. 156)

Um dos mecanismos que compõem a possibilidade desses organismos estabelecerem contato com o grande público é por meio dos sites originais das secretarias e ministérios. A

seguir, faremos uma análise crítica desses sites com a intenção de verificar como esses organismos se apresentam para a sociedade e como se comunicam com o público.

3.5 OS SITES DAS SECRETARIAS E MINISTÉRIOS DAS MULHERES

Considera-se importante a análise dos sites oficiais das Secretarias e dos Ministérios pois acredita-se que esses são os principais meios que organismos estatais estão se comunicando com o grande público. Dessa forma, objetivou-se aqui analisar as estruturas dos sites, ou seja, sua interface, para identificar como e o que pretendem comunicar à população.

As mídias digitais são um importante meio de comunicação desses organismos e tem se constituído como um desafio para as historiadoras e historiadores do tempo presente. Para Pedro Telles da Silveira, a discussão sobre as fontes digitais remete a discussão do desenvolvimento do computador e das novas mídias. Nesse contexto, não podemos analisar as fontes digitais sem levar em conta que, hoje em dia, o computador é capaz de programar e produzir um objeto midiático, e não apenas reproduzi-lo. Por isso, a discussão metodológica sobre as fontes digitais devem ser modificadas constantemente, já que essa área também sofre constantes mutações.

Sobre a instabilidade das fontes digitais e a transformação dessas em documentos escritos para o desenvolvimento de pesquisa, o autor ressalta que devemos reconhecer que todo o documento digital é uma criação formada por uma linguagem de programação, que é composta por uma camada cultural e uma camada computacional. Desta forma, as fontes digitais não devem ser observadas “como mera transposição da documentação material a um meio digital. A diferença entre as fontes tradicionais e as fontes digitais é a conversão de um conteúdo em imagem” (SILVEIRA apud GITELMAN, 2016, p. 283).

Além disso, o autor entende que não se deve considerar as fontes digitais como um indício, pois elas ainda não se constituíram como vestígios, e não referenciam diretamente os eventos que as criaram, mas sim os aparelhos que as possibilitam e aos programas que as reproduzem. Entretanto, na elaboração dessas imagens e desses programas existem produtores e idealizadores, de modo que elas se tornam uma manifestação da intenção, de uma pessoa ou entidade, de conferir significado do mundo.

Os sites da SPM e do Ministerio de la Mujer y la Equidad de Género obedecem alguns padrões na forma como se estruturam: procuram apresentar quem são, quais são seus objetivos, qual é o histórico da instituição, divulgam notícias sobre suas conquistas, falam sobre suas

atividades e projetos, publicam os dados de seus observatórios e os meios para realização de contato.

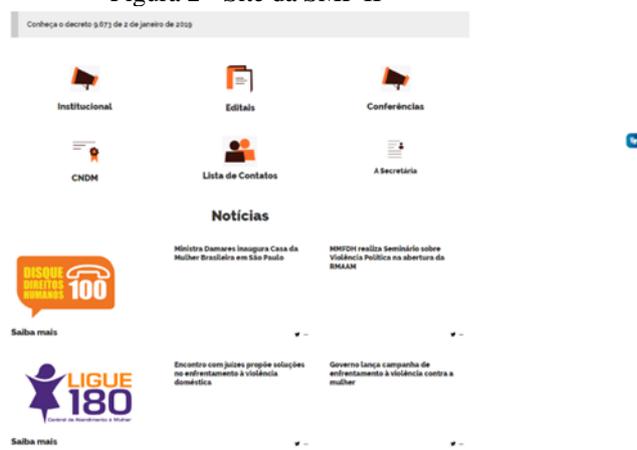
Enquanto o Ministerio de la Mujer y la Equidad de Género possui um site próprio, a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres está inserida em um nicho do site do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, o que demonstra a instabilidade da estrutura burocrática desse organismo no Brasil, que ficou ainda mais evidenciada durante o projeto de redução de Estado no governo Bolsonaro. A estrutura (interface) do site da SPM é simples. Conta com os elementos citados anteriormente, além de uma parte específica para o CNDM, na qual é possível acessar: relatórios; editais; legislação; notícias; notas públicas e moções; e informações gerais sobre a equipe (figura 1, 2, 3).

Figura 1- Site da SPM I



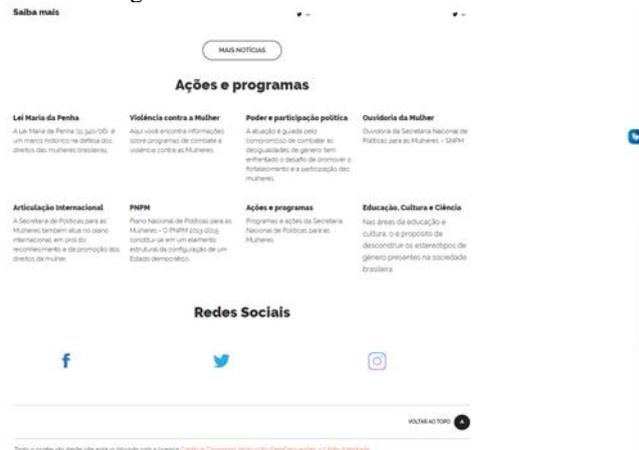
Fonte: elaboração própria, captura de tela do site

Figura 2 - Site da SMP II



Fonte: elaboração própria, captura de tela do site.

Figura 3 - Site da SPM III



Fonte: elaboração própria, captura de tela do site.

O site do ministério no Chile tem uma estrutura mais complexa (figura 5, 6, 7, 8), e também uma parte dedicada ao SERNAMEG⁴⁷.

Figura 4 - Site do Ministério de la Mujer y la Equidad de Género I



Fonte: elaboração própria, captura de tela do site.

⁴⁷ Durante a pesquisa não foi possível acessar a página referente ao “SERNAMEG”, o navegador acusava “erro”.

Figura 5 - Site do Ministério de la Mujer y la Equidad de Género II



Fonte: elaboração própria, captura de tela do site

Figura 6 - Site do Ministério de la Mujer y la Equidad de Género III



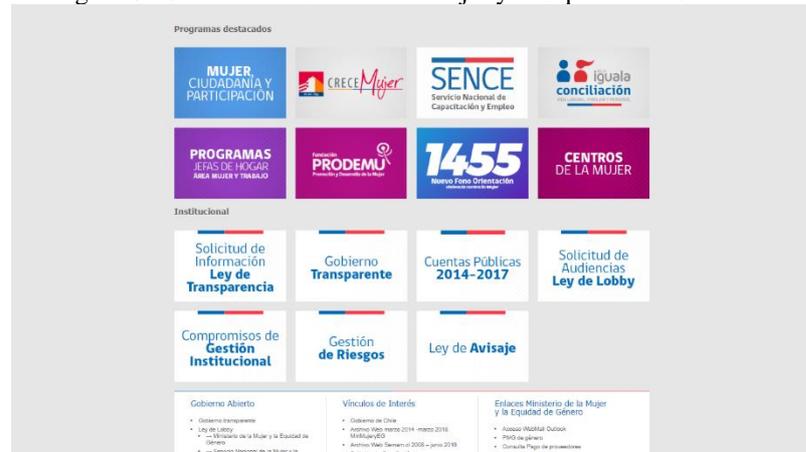
Fonte: elaboração própria, captura de tela do site

Figura 7 - Site do Ministério de la Mujer y la Equidad de Género IIII



Fonte: elaboração própria, captura de tela do site

Figura 8 - Site do Ministério de la Mujer y la Equidad de Género V



Fonte: elaboração própria, captura de tela do site

Além de uma área de destaque para suas antigas formas operacionais, uma das aproximações entre os sites da Secretaria e do Ministério é o protagonismo da temática da violência contra a mulher. No site da SPM, três das quatro notícias em evidência estavam relacionadas à temática de combate à violência (figura 2): “MMFDH realiza seminário sobre violência política na abertura da RMAAM”; “Encontro com juízes propõe soluções no enfrentamento à violência doméstica”; “Governo lança campanha de enfrentamento à violência contra a mulher”. No segmento das “ações e programas” (figura 3), dois dos oito deles estavam vinculados também com o tema, com os subtítulos “Lei Maria da Penha” e “Violência contra a Mulher”. No site do Ministério chileno, das quatro “últimas notícias” (figura 5), duas eram relacionadas com essa temática: “Proyecto de atención y prevención para mujeres víctimas de violencia intrafamiliar en la comuna de Los Lagos logró apoyo del Consejo Regional Los Ríos” e “En Valdivia Carabineros alumnos se certificaron como Monitores de Prevención de Violencia contra las Mujeres”. No espaço onde ficam as ações e programas do site (figura 4, 5, 6 e 7), na parte esquerda das imagens, dos 27 títulos clicáveis, 8 estão relacionados com o assunto “información para mujeres víctimas de violencia”, “Centros de Atención a Víctimas de Violencia Sexual”, “1455: Nuevo Fono Orientación violencia contra la Mujer”, “#NOLODEJEPASAR”, “Lo primero es prevenir: Charlas para evitar la violencia em el polelo”, “Sistema de Indicadores de Violencia Contra las Mujeres”, “No Lo Dejes Pasar” [vídeo da campanha], “Recomendaciones: Tratamiento Mediático a Niñas y Mujeres Víctimas de Violencia”.

Não há dúvidas de que a questão da violência contra as mulheres seja uma temática de destaque. Isso demonstra que os organismos tem mais facilidade “em incluir mudanças políticas relacionadas a alguns direitos (como combate à violência) que a outros (sexuais e reprodutivos,

por exemplo)” (DE FINA GONZALEZ, 2019, p. 157). Apesar de sabermos, como mencionado anteriormente, que o Chile teve diversos avanços legais relacionados aos direitos sexuais e reprodutivos nos últimos anos – como a emblemática Lei do Aborto em “3 causales” – nada é informado ao público que visita o site. A única menção sobre sexualidade está no espaço onde ficam as ações e programas, e é referente a “EDUCACIÓN SEXUAL: Estrategía em Sexualidad, Afectividad y Género”, posicionado como um dos últimos 5 da lista de 27 (figura 7). A palavra “aborto” não aparece em nenhuma parte das páginas iniciais dos dois sites.

A ausência de conteúdo sobre sexualidade pode ser interpretada como um problema relacionado ao “poder e magnitude das forças políticas conservadoras tanto no âmbito da política formal, como da sociedade civil” (DE FINA GONZALEZ, 2019, p. 162). Isso se torna prejudicial, pois além de privar as mulheres da conquista de seus direitos, também as priva do acesso à informação sobre os direitos que elas já possuem.

Entretanto, de uma forma geral, percebe-se que os sites visam divulgar a prestação de serviços para sociedade civil, principalmente através da forma de recebimento de denúncias de violência e divulgação de informações sobre essa temática.

4 CONCLUSÃO

Estudar os organismos institucionais encarregados das questões das mulheres e da igualdade de gênero é apenas um dos recortes possíveis dentro da grandiosidade do debate sobre pautas feministas dentro das instâncias do Estado.

No primeiro capítulo, estudei como as pautas feministas de Segunda Onda, do mundo ocidental, se manifestaram no Brasil e no Chile em meio a ditaduras militares. Pude perceber, com auxílio da bibliografia, que o campo feminista na época era heterogêneo, entretanto os grupos que o compunham se aproximavam nas pautas de igualdade de gênero e de combate e denuncia a ditadura. Durante os períodos de transição e consolidação dos regimes democráticos, parte do movimento feminista brasileiro adentrou nos partidos políticos e, principalmente as mulheres que estavam dentro do PMDB, lutaram pelo Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres, que foi criado em 1985. Já as mulheres chilenas, atuaram principalmente em forma de Organizações Não Governamentais, e essas dialogaram com Patricio Aylwin, para a criação do Servicio Nacional de las Mujeres, em 1991. Ao analisar a forma como esses mecanismos lutaram por políticas públicas, pude perceber que o CNDM, em seus anos iniciais, teve uma relação de diálogo com os movimentos sociais. Entretanto, com os cortes de orçamento, foi perdendo as forças para atuar dentro das instâncias do Estado. Por outro lado, o SERNAM tem um histórico de maior estabilidade dentro dos aparatos burocráticos, mas não priorizou o debate com as pautas dos movimentos sociais, a não ser por meio das Organizações Não Governamentais, onde o debate foi caracterizado pela relação de prestação de serviços.

Com a escrita do segundo capítulo, analisei a popularização do “*gender mainstream*” ou “transversalidade de gênero” pela ONU, por meio da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em 1995. Esse evento incentivou a criação de organismos estatais, nos mais altos níveis hierárquicos, que cuidassem das questões das mulheres e da igualdade de gênero. Nesse sentido, analisei o contexto político dos mandatos do presidente Lula e Bachelet, entendendo que governos de centro-esquerda tiveram interesse em ampliar os mecanismos institucionais para transversalização da perspectiva de gênero. Sendo assim, investiguei os programas e projetos desenvolvidos pela Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres - SPM, no Brasil e pelo Ministerio de la Mujer y la Equidad de Género, no Chile. Percebi que a SPM levou para dentro do Estado pautas que estavam em maior confluência com os debates do campo feminista fora do âmbito estatal, mas tiveram dificuldades para levar essas pautas adiante e consolidá-las em políticas públicas. Já o Ministério no Chile, apesar de ter uma estrutura institucional mais

formalizada, não representou necessariamente a melhoria na qualidade de política para as mulheres, pois também não desenvolveu um mecanismo que proporcionasse o diálogo com os campos discursivos de atuação feminista fora do Estado. Analisei também as páginas oficiais de internet desses mecanismos, pois considerei que essas seriam a forma mais prática de comunicação com um público amplificado. Identifiquei que é dado uma maior ênfase nos assuntos relacionados a violência, enquanto as informações sobre os direitos sexuais e reprodutivos são marginalizadas, o que afeta o próprio acesso das mulheres a informações sobre os direitos conquistados.

Considero importante a presença das mulheres e a expansão do campo discursivo de atuação feminista em direção ao Estado. Os organismos para igualdade de gênero consolidados até aqui foram vantajosos para conquista dos direitos das mulheres e devem continuar existindo de uma forma digna, em que possam executar suas funções. Entretanto, concordo com Pinto (1994), quando a autora demonstra que essas conquistas, na atual democracia representativa são pontuais e não estruturais, o que faz com que estejamos em constante luta para garantir a permanência de nossos direitos. Isso acontece porque as configurações do Estado, em tempos neoliberais, se deram de forma a desresponsabilizar essa instituição pelas demandas sociais, ao mesmo tempo em que visaram proporcionar a resolução de problemas a níveis de mercado (CISNE; GURGEL, 2009).

Nesse sentido, me aproximo das opiniões de Matos (2012), quando essa autora defende que a mudança para um futuro com maior participação das mulheres na sociedade política deve partir de transformações em níveis de “cultura política, de reformas institucionais inovadoras em nível estatal e nacional, nas políticas eleitorais, em governos locais, estaduais e nacionais, assim como nas práticas sociais” (MATOS, 2012, p.9), mas também em níveis de repensar uma transfiguração da teoria democrática, a qual deve ter como eixos estruturais as perspectivas de gênero e raça para alcançar uma maior justiça social.

Sendo assim, concluo que as secretarias e ministérios são lugares emblemáticos de poder para as mulheres, mas na maneira como se constituem até o momento, produzem mudanças pontuais na sociedade, já que são limitados pelo caráter das forças conservadoras que historicamente estão ligadas ao Estado.

REFERÊNCIAS

ALMENDRA, Javiera Cubillos. Continuidades y rupturas: la política de salud sexual y reproductiva chilena en cuatro gobiernos. **Polis**, Chile, n° 53, out., 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.32735/S0718-6568/2019-N53-1387>. Acesso em: 12 dez. 2019.

ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, São Paulo, n. 43, p. 13-56, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332014000200013&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 10 nov. 2019.

ARAÚJO, Maria Gutenara Martins. **Feminismo e o estado**: relações possíveis a partir do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. 2014. 124 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

BANCO INTEGRADO DE PROGRAMAS SOCIALES. Programa Mujer Ciudadanía y Participación. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-8333201400430013>. Disponível em: <https://programassociales.ministeriodesarrollosocial.gob.cl/programas/60664/2019/>. Acesso em: 10 dez. 2019.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 72/2013**. Alterou o regramento jurídico do trabalho doméstico. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/25511/emenda-constitucional-n-72-2013-primeiras-impressoes>. Acesso em: 09 dez. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003**. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.683.htm. Acesso em: 02 dez. 2019.

BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. *In*: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos de história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p.219-229.

BRAVO VARGAS, Viviana. Neoliberalismo, protesta popular y transición en Chile, 1973-1989. **Polít. cult.**, México, n.37, p.85-112, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/pdf/polcul/n37/n37a5.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2019.

CHILE. **Lei nº 20.840, de 5 de maio de 2015**. Sustituye el sistema electoral binominal por uno de carácter proporcional inclusivo y fortalece la representatividad del congreso nacional. Disponível em: <https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=1077039>. Acesso em: 10 dez. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). **Histórico**. Site. Disponível em: <http://memoria.cnpq.br/historico1>. Acesso em: 09 dez. 2019.

DECLARAÇÃO E PLATAFORMA DE AÇÃO DE PEQUIM DA 4ª CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE A MULHER – Pequim (1995): **Ação para a igualdade, o**

desenvolvimento e a paz. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/declaracao_pequim1.pdf. Acesso em: 02 dez. 2019.

DE FINA GONZALEZ, Débora. **Quando feminismos e Estado se encontram (?):** Brasil e Chile no 'ciclo progressista'. 2019. 191 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2019.

DÍAZ RUBIO, Patricia. **El género de la transición: una historia de las políticas públicas con perspectiva de género en los gobiernos de la concertación.** Santiago, Chile: Universidad de Chile - Instituto de Comunicación e Imagen, 2012.

DOS SANTOS, Camila Tienmann; MARQUES, Heitor Romero. Política externa e redemocratização: análise histórica do Chile no período 1990-2010. **Revista Crítica de la Historia de las Relaciones Laborales y de la Política Social**, n. 11, p. 1-13, 2017.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Em guarda contra a repressão: as mulheres e os movimentos de resistência à ditadura na América Latina. *In:* SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo, RS. Anais do XXIV Simpósio Nacional de História – História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos. São Leopoldo: Unisinos, 2007. CD-ROM.

FERREIRA, Jorge. O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática. *In.:* FERREIRA, Jorge. **O Brasil republicano: o tempo da nova república: da transição democrática à crise política de 2016.** v.5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. *E-book*.

FRANCESCHET, Susan. State feminism and women's movements: the impact of Chile's Servicio Nacional de la Mujer on women's activism. **Latin American Research Review**, [S.l.], v. 38, p. 9-40, 2003.

FUENTES, Claudio. As novas regras do jogo político no Chile. **Análise**, São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung, n. 29, jun. 2017. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/13437.pdf>. Acessado em 10/12/2019.

GOMES, Raísa Adrienne. **Entre conversas feministas: debates sobre aborto e Constituinte em Mulherio (1981-1988).** Monografia (Graduação em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2019.

ISIS INTERNATIONAL. **About Isis:** introduction. Disponível em: https://www.isiswomen.org/index.php?option=com_content&view=article&id=29&Itemid=241. Acesso em: 11 nov. 2019.

LAMARÃO, Sérgio. Ação Democrática Parlamentar (ADP). Disponível em: <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-tematico/acao-democratica-parlamentar-adp>. Acesso em: 24 out. 2019.

LARGO, Eliana. 50 anos de feminismo no Chile: texto e contexto. *In.:* AVELAR, Lúcia; BLAY, Eva Alterman. **50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile.** São Paulo: Edusp, 2017.

MADUREIRA, Raquel. **Orçamento e políticas públicas para mulheres**: análise da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres entre 2012 e 2015. Monografia (Graduação – Gestão de Políticas Públicas), Universidade de Brasília, 2018.

MARTINS, Ana Paula Antunes; DE ARAÚJO, Raquel Madureira. Política intersetorial de atendimento às mulheres em situação de violência: análise da implementação da Casa da Mulher Brasileira. **NAU Social**, Bahia, v. 10, n. 19, 2019.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Programa Pro-equidade de gênero e raça**. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/mulher-e-trabalho/programa-pro-equidade-de-genero-e-raca/6a-edicao/leia-mais>. Acesso em 09 dez. 2019.

MINISTERIO DE LAS MUJERES Y LA EQUIDAD DE GÉNERO. Disponível em <https://www.minmujeryeg.gob.cl/>. Acesso em: 12 dez. 2019.

MOTTA, Marly. A estabilização e a estabilidade: do plano real aos governos FHC (1993-2002). *In.*: FERREIRA, Jorge. **O Brasil Republicano**: o tempo da nova república: da transição democrática à crise política de 2016. v.5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. *E-book*.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O lulismo e os governos do PT: ascensão e queda. *In.*: FERREIRA, Jorge. **O Brasil Republicano**: o tempo da nova república: da transição democrática à crise política de 2016. v.5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. *E-Book*.

NAVARRETE YÁÑEZ, Bernardo. La modernización del Estado en la transición chilena. El gobierno de Patricio Aylwin (1990-1994). **Revista Enfoques**, [S.l.], v. 6, n. 9, p. 79 - 101, fev. 2015

OLIVEIRA, Eleonora Minicucci. Dez anos de política para as mulheres: avanços e desafios. *In.*: SADER, Emir (Ed.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**: Lula e Dilma. Boitempo Editorial, 2015. P. 323-336

OLIVEIRA, Júlia G. S. **Militância ou Profissionalização de Gênero? um estudo comparativo na imprensa feminista do Brasil, da Argentina e do Chile (1981-1996)**. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

PAPA, Fernanda de Carvalho. **Transversalidade e políticas públicas para mulheres no Brasil**: percursos de uma pré-política. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Escola de Administração de Empresas, São Paulo, 2012.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas do feminismo em países do Cone Sul (1960-1989). *In.*: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (org.). **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010, p. 115-137.

PETERSEN, Janine. **Formação de grupos feministas em Santa Catarina: década de 1980.** Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

PANIZZA, F. 2006. La marea rosa. **Análise de Conjuntura OPSA**, Rio de Janeiro, n. 8, p. 1-16, ago.

PIMENTA, Fabrícia Faleiros. **Políticas feministas e os feminismos na política: o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (1985-2005).** 2010. 312 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. 119 p.

PRADO, Maria Lígia Coelho. Repensando a História Comparada na América Latina. **Revista de História**, São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, n. 153, 2005, p. 11-34.

REIS, Daniel Aarão. ditadura e democracia: a busca de uma identidade (1964-1968). *In:* **Ditadura e democracia no Brasil.** Do Golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p.47-92.

SALLUM JR, Brasílio. O governo e o impeachment de Fernando Collor de Mello. *In:* FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia Almeida Neves de. **O Brasil republicano: o tempo da nova república: da transição democrática à crise política de 2016.v.5.** [S.l.]: Civilização Brasileira, [201?]. *E-book* (520 p.)

SANTOS, Yumi Garcia dos. A implementação dos órgãos governamentais de gênero no Brasil e o papel do movimento feminista: o caso do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo. **Cad. Pagu**, São Paulo, 2006, n.27, p.401-426.

SCHUMAHER, Maria Aparecida; VARGAS, Elizabeth. Lugar no governo: álibi ou conquista? **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 2, nov. 1993.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Secretaria de Política para as Mulheres (SPM).** Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres>. Acesso em: 12 dez. 2019.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Secretaria de Política para as Mulheres (SPM). **Mais mulheres no poder:** plataforma. Disponível em: http://www.mulheres.ba.gov.br/arquivos/File/Publicacoes/Plataforma_MaisMulheresnoPoder_2016.pdf. Acesso em: 09 dez. 2019.

SILVEIRA, Pedro Telles da. As fontes digitais no universo das imagens técnicas: crítica documental, novas mídias e o estatuto das fontes históricas digitais. **Antíteses**, Londrina, PR, v. 9, n. 17, p. 270-296, 2016.

WOITOWICZ, Karina Janz; PEDRO, Joana Maria. O movimento feminista durante a ditadura militar no Brasil e no Chile: conjugando as lutas pela democracia política com o direito ao corpo. **Espaço Plural**, Paraná, v. 10, n. 21, p. 43-55, 2009.

LAMARÃO, Sérgio. **Ação Democrática Parlamentar** (ADP). Disponível em: <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-tematico/acao-democratica-parlamentar-adp>. Acesso em: 24 out. 2019.